



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CÂMPUS ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS – PPGDIRE**

GLEND A CARVALHO DE SOUSA

**ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DE LAZER NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO
NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**ARAGUAÍNA/TO
2021**

GLEND A CARVALHO DE SOUSA

**ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DE LAZER NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO
NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE) campus de Araguaína-TO, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora

Área de Concentração: Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e tecnologias sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes

Coorientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

**ARAGUAÍNA/TO
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725e SOUSA, GLENDA CARVALHO DE.
ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DE LAZER NA CIDADE DE
ARAGUAÍNA-TO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. /
GLENDA CARVALHO DE SOUSA. – Araguaína, TO, 2021.
110 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2021.
Orientador: Luciano Da Silva Guedes
Coorientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
1. Espaço Público Urbano de Lazer. 2. Desenvolvimento Social. 3.
Desenvolvimento Socioespacial. 4. Parque Ecológico Urbano Cimba e Via
Lago. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

GLENDA CARVALHO DE SOUSA

**ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DE LAZER NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO
NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE) campus de Araguaína-TO, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia

Área de Concentração: Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

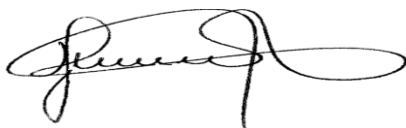
Linha de pesquisa: Desenvolvimento e tecnologias sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes

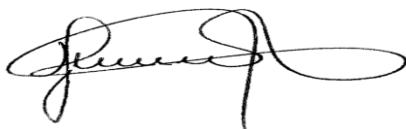
Coorientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Data da Aprovação: 12/02/2021

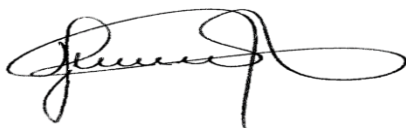
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes (Orientador), UFT



Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (Coorientador), UFPA



Prof. Dr. Míguel Pacífico Filho (Examinador), UFT



Prof. Dr. Tulio Barbosa (Examinador), UFU

ARAGUAÍNA-TO

2021

Aos meus pais Gervásio e Teresinha, meus irmãos Glecia, Samuel e sobrinhos Davi e Laura, minha família, os quais cito nominalmente para eternizar meu registro de gratidão por tanto amor e afeto entregues a mim ao longo da dessa jornada, por serem exemplos em tudo que fazem e meus maiores incentivadores para prosseguir.

AGRADECIMENTOS

Trilhar o caminho em busca do conhecimento não é uma escolha fácil, ainda mais se considerarmos as dificuldades enfrentadas ao longo da caminhada em busca de um sonho.

Sou fruto da educação pública e sigo acreditando que este é o caminho para mudar o rumo do cenário Nacional.

Assim, tendo em vista que nunca estive sozinha, é fundamental agradecer aos que acreditaram na concretização deste sonho.

Por isso, agradeço primeiramente ao meu amado e justo DEUS, autor consumidor da minha fé, que me deu forças para concluir esta importante etapa da minha vida, que por vezes, achei está além das minhas forças, sem Ele nada seria possível. A Ele toda honra e glória.

Aos meus grandes exemplos, meus pais, Gervásio e Teresinha agradeço por toda compreensão, apoio e incentivo nos momentos mais difíceis, em que a preocupação e o desespero tentavam tomar o lugar da fé e da esperança e também por acreditarem na educação, com ajudas que as vezes eram silenciosas acompanhadas de um brilho no olhar como expressão de um amor e esperança inexplicáveis. Agradeço de igual modo aos meus amados irmãos Glecia e Samuel, meus sobrinhos, Davi e Laura que me encham de esperança em dias melhores e que me mostram a simplicidade e beleza da vida que pode ser simples, calma e leve. Vocês são parte fundamental para este sonho!

Externos meus agradecimentos a Universidade Federal do Tocantins- UFT e ao Curso de Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais na pessoa do então coordenador, Profº Dr.º João de Deus Leite, pela bela oportunidade de cursar um mestrado em uma instituição pública de renome e por todos os aprendizados e lições compartilhadas.

Agradeço ao meu orientador o Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes, que com sua calma inexplicável em muito contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho, com palavras de incentivo, além do respeito à minha bagagem acadêmica trazida da minha área de formação no curso de Direito, que permitiram a junção de conhecimentos interdisciplinares para alcançar uma válida produção acadêmica, agradeço por todas experiências acadêmicas que foram compartilhadas ao longo desses dois anos de mestrado.

Aos demais professores do programa agradeço pelas ricas contribuições em busca da produção acadêmica de qualidade no contexto da Amazônia Legal, permitindo pesquisa de relevância regional, bem como nacional, com olhos fitos na interdisciplinaridade que enriquece as pesquisas nas ciências sociais.

Não posso deixar de lembrar com toda gratidão da oportunidade que me foi confiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES por intermédio do convênio com o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia PROCAD/AMAZÔNIA entre a PPGDIRE/UFT e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PPGDSTU/UFPA, pela rica experiência de cursar a disciplina “ Método e Técnicas de Pesquisa: métodos qualitativos” , no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA, que agradeço na pessoa da Coordenadora a Prof^o Dra. Marcela Vecchione Gonçalves e ao meu coorientador Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, que com maestria transmitiu conhecimentos teóricos e práticos essenciais para o deslinde deste trabalho. Gratidão pela rica oportunidade acadêmica.

Agradeço igualmente ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UFT do câmpus de Palmas/TO, pelas contribuições para melhoria deste trabalho, bem como, pela recepção e aprovação.

Aos meus colegas de jornada da terceira turma do PPGDIRE, agradeço pelo compartilhamento de ideias e experiências. Agradeço em especial a minha querida amiga Natália Pacheco Lanzoni Yamashita, pela amizade sincera, pela capacidade incrível de se colocar no lugar do outro, tanto em dias bons como em dias ruins, lembro-me claramente dos dias em tudo era nebuloso, só haviam dúvidas e incertezas, mas na mesma velocidade que essas dúvidas e incertezas apareciam elas desapareciam ao ouvir suas palavras de bom ânimo, sendo também um grande e verdadeiro exemplo de mulher pesquisadora, sem a qual, eu não teria conseguido chegar até aqui. Grata pela oportunidade de integrar e aprender com este grupo de exímios pesquisadoras e pesquisadores.

Por fim, agradeço ao meu querido professor da graduação Geraldo Alves Lima, responsável pelo meu interesse pela pesquisa desde o programa de iniciação científica - PROCIENT/FACDO, onde tudo começou e com seus ensinamentos e incentivos foi possível começar e terminar essa etapa.

Sou imensamente grata a todos!

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também seus principais meios.

Amartya Sen

RESUMO

O presente trabalho se propõe a realizar uma discussão a respeito do acesso e do uso aos espaços públicos urbanos de lazer na cidade de Araguaína-TO, especificamente o Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via Lago como áreas da pesquisa empírica. A pesquisa tem como o objetivo geral analisar o acesso e o uso aos espaços públicos urbanos de lazer, Parque Ecológico Urbano Cimba e Via lago da cidade Araguaína e sua contribuição para o desenvolvimento social. A fim de responder se o Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via Lago, como espaços públicos urbanos de lazer, promovem a inclusão ou a segregação social?. Para tanto, foi realizada pesquisa descritiva e exploratória, com utilização do método monográfico, que permite um estudo aprofundado sobre um grupo de pessoas, ao analisar as entrevistas e questionários aplicados na via lago, bem como, observação aos locais escolhidos para a pesquisa com visitas periódicas, registros fotográficos, pesquisas bibliográficas e estudo de referenciais teóricos sobre desenvolvimento social, urbanização e lazer com análise qualitativa de dados, a fim de alcançar os objetivos proposto e resultados necessários para o conhecimento regional do assunto. O estudo é firmado teoricamente nos escritos de Amartya Sen (2010), ao tratar do desenvolvimento como liberdade e Marcelo Lopes de Souza (2002), ao tratar sobre desenvolvimento socioespacial, e também Milton Santos (2009) ao tratar das questões da evolução e urbanismo da cidade, bem como os estudos de Ana Fani A. Carlos (2007), Maria Encarnação B. Sposito (2001), Henry Lefebvre (2001). Com base nos dados coletados e nos teóricos acima descritos, é possível concluir que nos espaços escolhidos há uma segregação simbólica, sendo percebida em análise de elementos estruturais e não estruturais.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Desenvolvimento social. Espaço Público

ABSTRACT

The presente work proposes to carry out a discussion about access and uso to the urban public leisure spaces in the city of Araguaína-TO, specifically the Cimba Urban Ecological Park and Via Lago as áreas of empirical research. The research has as its general objective to anlyze access and use to urban public leisure spaces, Cimba Urban Ecological Park and Via Lago of the city Araguaína and their contribution to social development. In order to answer whether the Cimba Urban Ecological Park and Via Lago, as urban public leisure spaces, promote social inclusion or segregation?. To this end, a descriptive and exploratory research was carried out, using the monographic method, which allows na in-depth study of a group of people, by analyzing the interviews and questionnaires applied on the via lago, as well as, observation of the places chosen for the research with visits journals, photographic records, bibliographic research and study of theoretical references on social development, urbanization and leiure with qualitative data analysis in order to achieve the proposed objectives and necessary results for regional knowledge of the subject. The study is theoretically signed in the writings of Amartya Sen (2010), when dealing with development, and also Milton Santos (2009) when dealing with issues of evolution and urbanismo city, as well as the studies of Ana Fani A. Carlos (2007), Maria Encarnação B. Sposito (2001), Henry Lefebvre (2001). Based on the data collected and the theoreticians described above, it is possible to conclude thar in the chosen spaces there is a symbolic segregation, being perceived in the analysis of structural and non- structural elements.

KEYWORDS: Leisure. Social development. Public Space

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Praça das Nações em 1985	51
Figura 2 - Praça São Luis Orione após reforma	51
Figura 3 - Praças das Bandeiras em 1989	52
Figura 4 - Praça das Bandeiras em 2011	52
Figura 5 - Monumento da entrada do Parque Cimba	53
Figura 6 - Ruínas da antiga fabrica no Parque Ecológico Urbano Cimba	54
Figura 7 - Maquinário usado para processamento do óleo	54
Figura 8 - Visão panorâmica do parque Ecológico Urbano Cimba	55
Figura 9 - Cerca de arame farpado atrás do lago do Parque Cimba	56
Figura 10 - Ruptura na cerca, feita pelos moradores	57
Figura 11 - Pedra inaugural- Via Lago	58
Figura 12 - Placa na construção do centro de convenções na Via Lago	59
Figura 13 - Placa da Construção da interligação entre a Rua Ademar Vicente Ferreira e a Via Lago	59
Figura 14 - Via Lago Araguaína	60
Figura 15 - principais origens dos migrantes por naturalidade (2000-2010)	66
Figura 16 - Loja em construção na Via Lago	70
Figura 17 - Hamburgueria - Via Lago	70
Figura 18 - muro do novo residencial - Via lago	71
Figura 19 - Carros estacionados na via lago, em um final de tarde de sábado	76
Figura 20 - Área de concentração de atividades comerciais na Via Lago	77
Figura 21 - Bike náutica via lago	77
Figura 22 - Pedalinhos na Via Lago	78
Figura 23 - Show gratuito realizado no evento Araguaína mais verão	81
Figura 24 - Evento realizado por associação de proteção aos animais	81
Figura 25 - Trabalho artístico realizado por pintor na via lago	82
Figura 26 - Casas do setor Cimba	87
Figura 27 - Entrada do Parque Cimba	87
Figura 28 - Estacionamento Parque Cimba	88

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de localização, Parque Ecológico Urbano Cimba e Via Lago	49
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização do perfil demográfico dos visitantes da Via Lago (n = 48)	63
Tabela 2 - Caracterização do perfil laboral dos visitantes da Via Lago (n = 48).	72
Tabela 3 - Caracterização do perfil socioeconômico dos visitantes da Via Lago (n = 48).	73
Tabela 4 - Descrição do período, frequência, meio de locomoção e valor gasto na Via Lago (n = 48)	75
Tabela 5 - Questões das entrevistas com roteiro semiestruturado	79

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Gráfico de pizza descrevendo a distribuição dos Bairros dos visitantes da Via Lago (n = 48).	68
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UNITPAC - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos

CIMBA - Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIB- Produto Interno Bruto

SEPLAN- Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins

SPSS- *Statistical Package for Social Science*

FGV – Fundação Getúlio Vargas

SUMÁRIO

1.	15	
2.	Erro! Indicador não definido.	
2.1	Definição do espaço como público	24
2.2.	Simbolismo espacial	28
2.3	Desenvolvimento social e socioespacial e suas relações com o lazer	32
3.	Erro! Indicador não definido.	
4.	METODOLOGIA	41
4.1.	Dos critérios de seleção dos participantes da pesquisa	44
4.2.	Dos procedimentos de coleta dos dados da pesquisa	45
4.3.	Dos procedimentos de tabulação dos dados/ do procedimento de análise	45
5.	ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DE LAZER NA CIDADE DE ARAGUAÍNA- TO: DAS PRAÇAS AO PARQUE ECOLÓGICO URBANO CIMBA E VIA LAGO	48
5.1.	Análise dos dados: questionários, entrevistas e fotografias	61
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	94
	ANEXOS	100

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos a cidade Araguaína vem passando por processos de transformação e modernização de seus espaços e equipamentos urbanos.

Essas transformações sociais serão explanadas ao longo da pesquisa, que estuda o acesso e o uso dos espaços públicos urbanos de lazer na cidade, vez que, antes de 2015 não havia espaços públicos dotados de infraestrutura adequada para o lazer, além das duas principais praças da cidade, Praça São Luís Orione e a Praça das Bandeiras, que se estendiam para além de sua função social e alguns locais para a prática de esporte amador, sendo lugar de concentração de alguns eventos da cidade.

Nesse sentido, segundo o site de notícias G1, os eventos importantes para a cidade, como por exemplo, o seu aniversário eram realizados no Parque das Águas, um lugar caracterizado por ser um balneário que garante acesso ao rio Jacuba, o evento era marcado por apresentação de artistas locais e inauguração de obras na cidade acontecido nos dias 13 e 14 de novembro de 2014, o que mostra que tais eventos não tinham um local certo e específico para sua realização e a partir de 2015 o referido evento, qual seja, o aniversário da cidade, passou a ser realizado na Via Lago, além de outros eventos que aconteciam em vias públicas, como a Via Sacra que agora é realizada anualmente no Parque Ecológico Urbano Cimba, ou seja, são espaços que concentram as principais atividades de lazer da cidade.

Embora o Parque Cimba e a Via Lago não sejam os únicos espaços públicos existentes para o lazer na cidade, já que os anteriormente citados também cumprem essa função, estes dois foram escolhidos por terem sido construídos exclusivamente para atender as demandas as novas dinâmicas de lazer da cidade.

A partir dessa ótica, discute-se as novas relações sociais que se estabelecem nesses novos espaços, no sentido de relacionar se estes são capazes de conferir desenvolvimento social como lugares de integração social, ou contrário a isso, se são espaços que elevam a segregação e exclusão social, sendo acessíveis apenas para determinadas camadas sociais.

Para tanto, parte-se da análise da formação histórica e estrutural dos espaços de lazer a fim de identificar seus significados e símbolos na transformação da cidade, bem como, com a caracterização do perfil socioeconômico do grupo de representantes da Via lago, a fim de identificar a presença de heterogeneidade ou homogeneidade no perfil dos frequentadores, como indicador de inclusão ou exclusão social e também com a identificação dos aspectos que dificultam o acesso e o uso a esses locais e conseqüentemente o desenvolvimento e inclusão

social, na perspectiva do acesso ao lazer.

Cumpre expor que o presente trabalho sofreu alteração significativa na sua metodologia em decorrência da pandemia causada pela propagação do coronavírus (COVID-19), uma vez que, inicialmente pretendia-se realizar o levantamento do perfil socioeconômico dos frequentadores da Via Lago e do Parque Cimba, para analisar o acesso e uso, para entender suas contribuições para o desenvolvimento social. Porém, em decorrência das limitações de coleta de dados, não foi possível a realização do levantamento desejado nos dois locais. Com isso, os dados coletados antes do início da pandemia, qual seja, 48 (quarenta e oito) questionários socioeconômicos e entrevistas aplicadas na Via Lago, foram utilizados como universo de representação quantitativa da pesquisa.

Mesmo considerando que os números de entrevistas realizadas não representam uma amostragem adequada dos frequentadores dos locais estudados, considerando o quantitativo populacional da cidade de Araguaína, os dados foram analisados e levados em consideração, assim como as fotografias e observações *in loco* para alcançar os resultados da pesquisa.

Apropriando-se do conceito de desenvolvimento social proposto por Sen (2010), esta pesquisa dedica-se ao estudo do acesso e do uso aos espaços públicos urbanos de lazer na cidade de Araguaína, quais sejam, Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via Lago, a fim de analisar se esses espaços públicos urbanos de lazer são destinados a poucos e tendo em seu centro, a cidade, como produto de contradições que envolvem interesses e necessidades diversas regidos pelos moldes do capital, o que modifica e reordena o acesso e uso dos espaços públicos urbanos, o tornando segregador ou se de fato contribuem para o desenvolvimento social do indivíduo a partir do pertencimento e inclusão ao meio, sendo espaços acessíveis a maior parte da população.

Considerando as problemáticas que envolvem os espaços públicos de lazer, com base nos estudos supracitados é importante analisar esses aspectos na esfera regional da cidade de Araguaína no sentido de verificar os aspectos delineados acima.

Por isso, o referido trabalho tem como hipótese que não é toda população da cidade que tem condições plenas de acesso e usos aos referidos locais e além disso, que não é apenas a distância geográfica que os impedem, embora também seja um fator a ser considerado, mas são elementos além dos visíveis que determinam a análise questões inerentes ao acesso e ao uso dos espaços públicos urbanos de lazer acima citados na cidade de Araguaína, como garantia de desenvolvimento social, a luz da teoria de Amartya Sen, considerando que a produção do espaço público urbano segue os ditames do capital, por isso a cidade se faz excludente, podendo acessar e usar os espaços citados classes capazes de custear o usufruto do espaço, que ao invés de

integrar, segrega simbolicamente, comprometendo o desenvolvimento social através das sociabilidades e da integração com o meio, seguindo exemplos de espaços, como o corredor cultural de Mossoró, em que se observa a segregação simbólica.

Para tal estudo é preciso considerar que segundo Corrêa (2000), citado por Santos (2008), o espaço urbano é um produto social fruto do acúmulo de ações dos agentes que produzem e consomem o espaço no decorrer do tempo, é uma ação complexa derivada do acúmulo de capital e práticas de constante reordenação do espaço por meio da inserção de novos espaços urbanos. A cidade surge como um polo atrativo, que ao mesmo tempo em que sugere melhoria de vida e bem-estar, torna-se segregadora, repulsiva e excludente ao refletir a especulação dos grupos detentores do solo e do capital.

Ainda conforme Corrêa (2000), o espaço apresenta uma variedade de usos justapostos entre si e esses usos definem áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, bem como, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer. Essa organização reflete o espaço urbano fragmentado.

Além disso, o estudo realizado no corredor cultural da Avenida Rio Branco na cidade média de Mossoró/RN por Silva e Silva (2016), demonstra que o lazer nessa cidade é segregador dada à população que o frequenta, pois segundo dados coletados para o referido estudo, há uma homogeneidade entre os frequentadores sendo eles de classe média ou alta, concluindo assim, os referidos autores pela segregação simbólica que não é ligada a fatores estruturais, mas sim em se sentir bem e pertencente ao espaço público de lazer.

Barbosa (2017), trata o lazer não como apenas divertimento, inatividade ou folga, mas como fator necessário para o desenvolvimento social e individual, através da vivência em grupo, pela tomada de consciência das suas responsabilidades tanto para com o meio e para com as pessoas, permitindo assim, integração e pertencimento ao meio ambiente e conseqüentemente desenvolvimento de suas aptidões sociais sem qualquer barreira que o impeça de acessar e usar o espaço público de lazer, garantindo assim, o exercício de seus direitos.

Com isso, o trabalho em tela se justifica pela necessidade de entender o desenvolvimento social proposto por Sen (2010), a partir dos dois novos espaços públicos de lazer na cidade de Araguaína-TO, o Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via Lago de Araguaína, tomando como pontos de reflexão quem acessa e faz uso do espaço público urbano de lazer. É importante compreender as relações sociais e simbólicas que são inerentes a esses espaços de vivência.

Para tanto foi realizada caracterização do perfil socioeconômico do grupo de

representantes da Via lago para de identificar a presença de heterogeneidade ou homogeneidade no perfil dos frequentadores como indicador de inclusão ou segregação social e considerando a alteração nos objetivos deste trabalho conforme explicado acima, no parque Cimba foi realizada análise prioritariamente com o uso de fotografias, já que, é não possível a coleta de dados, como forma de observar se tais espaços colaboram para o desenvolvimento social do indivíduo como ser social ou se reforçam a segregação e exclusão sendo reflexo da cidade, visto que a partir das construções desses espaços se instala uma nova estrutura e modo de vida, pois antes das referidas obras a cidade contava apenas com praças públicas para o lazer.

Sendo assim, visto que também é direito do cidadão ter acesso a lazer de qualidade, com base na teoria adotada, qual seja desenvolvimento como liberdade (Sen, 2010), ter lazer, também significa ter liberdade e desenvolvimento não ligado a aspectos exclusivamente econômicos, por isso é preciso debruçar-se sobre o estudo desses espaços.

Nesse contexto é importante tratar o lazer nesses espaços públicos urbanos como fator para o desenvolvimento social, levantado pela teoria de Sen (2010), que mede o desenvolvimento a partir da liberdade real e não apenas formal, mas efetivamente pela satisfação de necessidades individuais, que se encontra nos mais diversos fatos da vida, como trabalho, estudo, saúde, lazer, constituição de família, entre outros.

Ademais, o lazer também deve ser tratado e reconhecido como um direito social garantido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que acompanhado da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, segurança, previdência social, proteção à maternidade e a infância, assistencial aos desamparados, formam o rol de direitos resguardados pela Lei maior do País, pois dispõe de direitos e garantias fundamentais, dentre elas, o lazer, tratando-se de direito metaindividual ou coletivo que deve atender aos interesses comuns da sociedade e não de uma determinada classe.

Nesse contexto, *a priori* podem ser considerados como espaços públicos urbanos de lazer na cidade de Araguaína, as suas duas principais praças, a Praça São Luís Orione e a Praça das Bandeiras, sem excluir as praças de bairro, ginásios de esportes, campos de futebol amador, bares e diversos outros lugares de alimentação, que não são objetos do presente estudo, por constituírem espaços que não atendem ao ponto de percepção deste trabalho.

A pesquisa em tela foi desenvolvida na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins nos seus novos espaços público urbanos de Lazer, que são o Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via Lago.

Segundo dados oficiais da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins –SEPLAN de 2017, Araguaína teve o início do seu desbravamento em 1876 com a

chegada de João Batista Silva e sua família, oriundos do estado do Piauí, que se instalaram as margens no Rio Lontra, no local em que denominaram de “Livre-nos Deus”, a fim se protegerem de possíveis ataques de índios e animais selvagens. Mais tarde, com a chegada de outras famílias, formou-se o povoado Lontra, mas devido as condições precárias de vida e acesso ao local, o povoado não progrediu, só em 1925 com construção de templos religiosos o povoado passou a ser numeroso, quando em 1949 o povoado Lontra passou a integrar o recém-criado município de Filadélfia.

Além disso, segundo a fonte já citada, no mesmo ano sua denominação foi mudada para Araguaína e no ano de 1953 foi transformado em Distrito. Em 14 de novembro de 1958, foi criado o município de Araguaína, sendo instalado em 1959.

Conforme dados extraídos do site do IBGE, no censo de 2010 a população de Araguaína era de 150.484 (cento e cinquenta e quatrocentos e oitenta e quatro mil) habitantes com estimativa de 183.381 (cento e oitenta e três e trezentos e oitenta e um mil) habitantes em 2020, ou seja, um aumento de quase 23% ao longo de 10 anos, o que representa a ascensão populacional da cidade se comparado com o crescimento da população nacional, que de 190.755.799 (cento e noventa setecentos e cinquenta e cinco e setecentos e noventa e nove milhões) de habitantes em 2010 estima-se que em 2020 a população Brasileira atinja o número de 211.755.692 (duzentos e onze setecentos e cinquenta e cinco e seiscentos e noventa e dois milhões) de habitantes, com crescimento de 16% durante uma década.

Esse crescimento e sem planejamento trouxe alguns problemas percebidos até os dias de hoje na urbanização e organização da cidade, como ruas sem orientação adequada, falta de lugares para estacionar, presentes no centro da cidade, que vem aos poucos sendo alterada com a última gestão política da cidade pelo prefeito Ronaldo Dimas.

Por isso, pelo quantitativo populacional, Araguaína é considerada uma cidade média, que segundo Motta e Mata (2009) o critério de tamanho demográfico tem sido o mais usado para identificar tais cidades, que podem ser consideradas aquelas com tamanho populacional entre 100 mil até 500 mil habitantes.

Assim, o foco do presente trabalho é o Parque Ecológico Urbano Cimba e Via Lago de Araguaína-TO, que inauguram uma nova forma de acessar e de usar os lugares de lazer e a partir do estudo dessas formas de acesso e de uso que se pretende extrair informações a fim de verificar sua capacidade de inclusão ou segregação social na perspectiva do desenvolvimento social através dessas novas construções de lazer, levando em consideração o direito social ao lazer e o direito à cidade, visto que, ante ao cenário do lazer de Araguaína antes de 2015, esses espaços eram desejados pela população, pois não havia muitas opções de lazer e recreação

distribuídos na cidade.

Sendo assim, apresentadas as explicações iniciais, a pesquisa tem como objetivo geral, analisar o acesso e o uso aos espaços públicos urbanos de lazer, Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via lago da cidade Araguaína e sua contribuição para desenvolvimento social. Para tanto, definiu-se três objetivos específicos, quais sejam: 1. Analisar a formação histórica e estrutural dos espaços de lazer a fim de identificar seus significados e símbolos na transformação da cidade; 2. Caracterizar o perfil socioeconômico do grupo de representantes da Via lago, a fim de identificar a presença de heterogeneidade ou homogeneidade no perfil dos frequentadores, como indicador de inclusão ou exclusão social; 3. Identificar aspectos que dificultam o acesso e o uso a esses locais e conseqüentemente o desenvolvimento e inclusão social, sob a ótica do acesso ao lazer.

Para o alcance dos objetivos descritos acima, destaca-se que em decorrência da pandemia já citada, a metodologia do trabalho também sofreu mudança significativa, pois a metodologia utilizada seria a descritiva e exploratória com utilização do método indutivo, bem como, de pesquisas bibliográficas e estudo de referenciais teóricos sobre desenvolvimento social, urbanização e lazer tratamento de dados qualitativa.

A nova metodologia altera-se essencialmente no uso do método indutivo, que, conforme Diniz e Silva (2008) permite que se possa chegar a uma lei geral, a uma generalização através da análise de dados particulares, assim, considerando que o número de dados coletados não permite chegar a uma generalização representativa da cidade de Araguaína, o referido método não será usado neste trabalho.

Foi realizada pesquisa descritiva e exploratória, com utilização do método monográfico, que permite um estudo aprofundado sobre um grupo de pessoas, ao analisar as entrevistas e questionários aplicados na via lago, bem como, observação aos locais escolhidos para a pesquisa com visitas periódicas, registros fotográficos, pesquisas bibliográficas e estudo de referenciais teóricos sobre desenvolvimento social, urbanização e lazer com análise qualitativa de dados, a fim de alcançar os objetivos proposto e resultados necessários para o conhecimento regional do assunto.

Para tal feito, serão utilizados os estudos dos autores Sen (2010) responsável pela teoria que permeia este estudo ao tratar do desenvolvimento como liberdade, o que é aplicável ao tema sugerido, além da teoria do desenvolvimento socioespacial de Marcelo Lopes de Souza para contemplar a dimensão espacial do estudo do desenvolvimento empregado neste trabalho e também Milton Santos (2009) ao tratar das questões da evolução e urbanismo da cidade, bem como os estudos de Ana Fani A. Carlos (2007), Maria Encarnação B. Sposito (2001), Henry

Lefebvre (2001) que tem em comum os estudos sobre a cidade em seu contexto e historicidade a partir da sua formação desde os processos de industrialização, além de outros autores que corroboram para o desenvolvimento do tema.

Nesse sentido, considerando que o Parque ecológico Urbano Cimba e a Via lago de Araguaína representam uma nova perspectiva de lazer na cidade, é preciso fazer a seguinte indagação: O Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via Lago, como espaços públicos urbanos de lazer, promovem a inclusão ou a segregação social?

Sendo assim, para melhor compreensão do trabalho desenvolvido, este foi dividido em seis capítulos, conforme explicado adiante

O Capítulo 1, trata-se da Introdução do trabalho, em que se apresenta o tema proposto, sua hipótese, justificativa, objetivos gerais e específicos e a teoria utilizada, bem como os demais autores que sustentam as fundamentações que serão detalhadas nos capítulos posteriores e por fim, apresenta-se a pergunta de pesquisa situando o leitor do que será apresentado nas próximas páginas.

A fundamentação teórica fica a cargo de dois capítulos do presente trabalho, quais sejam, Capítulo 2 e 3.

No Capítulo 2, é apresentada Considerações sobre a formação do espaço público urbano, com a finalidade e trazer aspectos da conceituação e formação do espaço público, apresentando sua definição e aspectos do simbolismo espacial a serem considerados, bem como é explanado os conceitos de desenvolvimento aplicados ao tema , quais sejam, desenvolvimento social de Amartya Sen (2010) e desenvolvimento socioespacial de Marcelo Lopes de Souza(2002), que respectivamente compreendem a dimensão social e espacial do desenvolvimento aplicado ao tema estudado.

O Capítulo 3, traz a Exposição do conceito de lazer e as vertentes aplicáveis na discussão do acesso e uso nos espaços públicos urbanos de lazer na perspectiva do desenvolvimento social.

No Capítulo 4, é apresentada a metodologia que conduziu o desenvolvimento e análise dos dados do trabalho.

No Capítulo 5, é apresentada a evolução da paisagem urbana do lazer na cidade, sendo contextualizada por fotografias dos principais locais públicos de lazer da cidade, com intuito de trazer ao conhecimento do leitor as mudanças na paisagem urbana e no lazer. Além disso, são exibidos os resultados obtidos a partir da pesquisa descritiva e exploratória, com a análise qualitativa dos questionários socioeconômicos, entrevistas com roteiro semiestruturado, fotografias e observação, pesquisa bibliográfica e de referenciais teóricos sobre temas

norteadores do trabalho, para alcançar a triangulação de dados da pesquisa.

Por fim, no Capítulo 6, formulou-se as considerações finais do trabalho apresentando os resultados alcançados e sua relação com a teoria escolhida, além de propor novos estudos a partir do trabalho realizado considerando a interrupção da coleta de dados, em decorrência da pandemia, podendo assim, surgir pesquisas futuras na mesma direção da pesquisa desenvolvida.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Pela abordagem do trabalho em tela, são necessárias algumas considerações a respeito da formação do espaço público urbano, tendo em vista que, os espaços estudados podem ser assim entendidos.

No que concerne a formação do espaço público urbano, Mendonça (2007) reconhece a presença de aspectos socioeconômicos nesse processo que se encontra estreitamente ligada as articulações dos interesses e esforços sociais e econômicos, envolvendo pessoas, sentidos, desejos e intenções. Sendo assim, o espaço público urbano nasce de uma necessidade ao atendimento de interesses sociais ou não.

Nesse sentido, Corrêa (2000) elenca grupos responsáveis pela formação do espaço urbano, quais sejam, os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; os grupos sociais excluídos, grupos estes, que reordenam o uso do espaço urbano de acordo com a medida de seus interesses, sendo que grupos favorecidos pelo capital como os quatro primeiros citados, escolhem os melhores lugares e espaços em decorrência de suas atividades econômicas de exploração do espaço para produção de riqueza, em detrimento dos grupos socialmente excluídos, que ficam às margens da sociedade em espaços periféricos, tornando assim, espaço urbano socialmente e estruturalmente dividido pelo capital, ou seja, a cidade é um espelho das segregações existentes em seu interior, das relações de poder controladas pelo capital.

No mesmo sentido, Santos (1985), assevera que na cidade há cidadãos de diversas ordens ou classes, uns capazes de usar todos os espaços da cidade com todos seus fartos recursos, sendo que certas áreas são supervalorizadas e conseqüentemente as pessoas que ali estão também, enquanto de outro lado estão os demais, que por falta de meios utilizam apenas parcialmente a cidade e o espaço, como se fosse uma pequena cidade, cidade local.

Assim, o autor apresenta o valor do indivíduo é estritamente ligado ao lugar que ocupa na rede urbana e o que tem capacidade de usufruir, como o próprio autor expressa, são verdadeiros “prisioneiros do lugar”, tornando-se cidadãos incompletos, vez que a liberdade no acesso das potencialidades do urbano é expressão do cidadão plenamente livre, pois a posição em que o determinam as desigualdades no valor de cada pessoa, distorções que suprimem a cidadania.

Leite (2004), converge com o pensamento de Santos (1985), ao tratar da revitalização do Bairro do Recife, com o Pólo de Bom Jesus, assevera a diferenciação da valorização e

tratamento daquela área, notável a partir modo em que se opera a limpeza pública, iluminação e os investimentos concentrados no polo, enquanto outras áreas não recebem sequer investimentos para garantia de condições essenciais de vida, como saneamento básico, assim, o com a reordenação desse espaço deslocou-se para outros bairros eventos anteriormente realizados no Bairro do Recife, pois atrairia público impossibilitado de ocupar o Bom Jesus, seja por fatores econômicos, pelo enobrecimento da área, seja pela falta do sentimento de pertencimento, que também influencia na formação do espaço e dos lugares que criados ante a convergência de significações.

Por isso, conforme Santos (1985), dada as disparidades de valores ligados ao lugar, a discriminação em razão do lugar é latente nas cidades, que limitam o acesso e o uso das potencialidades de toda a rede urbana, ao invés de buscar-se o distributivismo geográfico, com igualdades de condições e de ofertas aos cidadãos do lugar independentemente de onde venha, ou de onde estão, como base para a desejada justiça social e equidade.

Nota-se que pelos dizeres do autor, o cidadão não pode ficar vinculado à sua localidade para acessar os lugares da rede urbana, considerando que o espaço também é formado com base nas relação que ocorrem em seu interior em suas significações e subjetividades, assim, aplicando-se ao tema, os espaços de lazer estudados devem ser visto como um fixo na rede urbana, e deve ser garantido o acesso e o uso de modo igualitário, por meio de políticas públicas de ampliação e aumento dos espaços públicos de lazer distribuídos da forma necessária para democratizar o acesso e uso, caso contrário, priva-se da cidadania e da liberdade aclamada pela teoria adotada por este trabalho.

Assim, cabe explicar acerca do que define um espaço como público e sobre o simbolismo espacial e a respeito dos conceitos de desenvolvimento e suas relações com o tema para melhor entendimento da formação do espaço público e conseqüentemente para aclarar o entendimento sobre o tema estudado.

2.1 Definição do espaço como público

Tendo em vista que os espaços escolhidos para o presente trabalho são espaços caracterizados como públicos, cabe trazer a presente discussão os ensinamentos de Gomes (2012), a respeito da definição do espaço dessa natureza, o espaço de natureza pública de ser analisado para compreensão de sua formação observando dois tipos de compreensão, a primeira diz respeito a referência concreta a área física (praças, ruas, jardins, equipamentos etc.), e a segunda que refere-se a um espaço abstrato, teórico, fundamento da vida política e democrática, que

difícilmente dialogam entre si.

Sendo assim, o autor, afirma por uma incontornável dimensão espacial do fato político que deveria ser contemplada justamente por meio dessa noção de espaço público. A abordagem da propriedade geográfica do espaço público pode demonstrar exatamente a necessidade de estabelecer um diálogo profundo entre estas duas dimensões: a física e a abstrata, ou seja, os espaços públicos são notados pela combinação de suas dimensões físicas e abstratas.

Com relação a esses aspectos, Gomes (2012), citando Santos (1996), em uma interpretação geográfica do espaço, assevera que a disposição física dos objetos interage com as práticas sociais, e que o espaço geográfico é uma forma-conteúdo, um conjunto de interrelações entre o sistema de formas físicas e o sistema de ações. A medida em que essas formas físicas são organizadas derivam de sentidos e valores que lhe são associados na ordem espacial.

Disso deriva que o arranjo físico das coisas e fenômenos constituem um agente ativo na realização e na qualificação de ações sociais e que essa ordem espacial deve ser percebida como uma condição para a produção dessas ações.

Assim, para clarear a discursão a respeito da natureza público do espaço e evitar erros de adequação cabe expor o que não pode ser chamado de espaço público, para isso Gomes (2012), apresenta três problemas em relação a definição de espaço público, em primeiro lugar, espaço público não pode ser definido apenas em oposição ao espaço privado, em segundo, leva em consideração a natureza jurídica pública do espaço, em terceiro lugar, seu atributo de livre acesso, como será explicado abaixo ponto a ponto.

De acordo com Gomes (2012), o primeiro erro ao definir o espaço público é que esse tipo de espaço não pode ser concebido simplesmente pela oposição ao privado, atrelado a ideia de um sistema binário pelo qual tudo o que não fosse público seria privado.

Os problemas nessa simplista concepção é que não leva em consideração outros estatutos possíveis dos espaços, como por exemplo espaços coletivo e de uso comum, e que reafirma as insuficiências conceituais e empíricas, pois não se trata de uma definição, mas tão somente de uma classificação, outro problema dessa concepção é que, nesse estreito campo de oposição, não se percebe que há uma necessária combinação e reforço de um mesmo campo de fenômeno.

O segundo erro na definição de espaço público é considerar como tal aquele local que é juridicamente estabelecido com a natureza pública, ou seja, é errôneo definir o espaço considerando apenas se juridicamente ele é público, vez que o autor apresenta exemplos de espaços que há atividades públicas, mas em espaços que não são juridicamente públicos, como

o caso dos cafés parisienses e shoppings, por isso, é insuficiente considerar apenas a natureza jurídica do espaço, não devendo-se confundir o regime de direito, que são públicos, embora o regime de propriedade seja privado, pois o espaço público reflete-se também pela produção social que ocorre em seu interior, conferindo-lhe caráter de espaço público.

O terceiro problema na definição de espaço público exposto por Gomes (2012), é considerar que espaço público é aquele que possui o atributo de livre acesso, visto como um elemento constitutivo do espaço público, assim como dito acima essa definição também é insuficiente pois há locais que podem possuir esse atributo, sem ser necessariamente público e de outro lado, há também espaços públicos que não são de livre acesso, como, hospitais e escolas, assim, não é a forma de acesso que define se um espaço é público ou não, tampouco a perspectiva de que tudo que é público é gratuito e privado é pago.

A par dessas considerações Gomes (2012), define espaço público como lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena, por isso, são marcas fundamentais das transformações sociais, ou seja, o espaço público é o reflexo das mais diversas realidades e problemas sociais encarnados em uma cena comum.

Gomes (2012) apresenta algumas características do espaço público que podem conduzir a discussão proposta neste trabalho, quais sejam, a coopresença de indivíduos responsáveis por coexistirem em um mesmo espaço e pelo diálogo permanente e ajustes que institucionalizam a vida social, por isso, a primeira característica a ser levantada é a coopresença de indivíduos, a segunda refere-se as atividades desenvolvidas que adquirem estatuto de públicas na medida em que se manifesta o princípio da publicidade, ou seja, a capacidade do indivíduo fazer uso de sua razão em público sem obstáculos, de confrontá-la com outros indivíduos, onde podem ser surgir debates, soluções de problemas e a visibilidades desses problemas de modo reflexo no espaço público, além disso, a acessibilidade regulamentada e isonomia são atributos fundamentais do espaço público.

O espaço público é um lugar onde se efetua participação ativa sujeita a normas e instituições. O significado da palavra “pública” é influenciado pela localização, que as modifica e orienta e ao mesmo tempo essa palavra e o diálogo contribuem para modificar também a significação dos lugares, por isso, a análise do espaço público é complexo devido as inúmeras significações do espaço e suas diferentes dinâmicas.

Nesse sentido, para Gomes (2012), comportamentos, tipos de vestimentas, as maneiras de falar e de se apresentar (em grupo, sozinho, em família etc.), os itinerários percorridos, enfim, tudo aquilo que contiver significação nas trocas comunicacionais são elementos que constituem

o discurso da cena pública, vivida no espaço público.

Nesses espaços encontram-se imagens, conferem-se valor a elementos físicos, orientam-se práticas, qualificam-se os comportamentos e são geradas reações e conflitos, tais lugares, participam do diálogo social denso, dinâmico e de resultados inesperados.

Assim, as manifestações da vida social no espaço público são maneiras de ser nesses espaços, capazes de unir uma dimensão física de coopresença a uma dimensão mais abstrata da comunicação social, por isso, o espaço público pode ser visto simultaneamente como um lugar material e imaterial.

O espaço público também reflete a cidade, o que é denominado por Gomes (2012) como efeito espelho, lugar de onde se olha a cidade e, simultaneamente, lugar que é olhado a partir da cidade, ou seja, o modo de organização, configuração e relações desenvolvidas no espaço público, que no presente trabalho é o Parque Cimba e a Via Lago, que refletem as dinâmicas da cidade, em seus ideais, interesses e preferências.

Para o referido autor o ideal para um espaço público é reduzir as possibilidades de intimidade e ser o veículo capaz de criar as condições para uma coabitação, um encontro com a alteridade diferenciadora.

Por tais definições, é possível dizer que os espaços escolhidos gozam de natureza pública, ao expressar em seu interior os reflexos das dinâmicas e problemas sociais, a medida em que pode demarcar acesso e uso por apenas alguns ou ser um espaço de todos.

O fundamental em um espaço público é que seja um espaço onde não haja obstáculos sejam físicos ou abstratos, senão normas gerais e lógicas para o acesso e participação, pois ao serem garantidos a todos tem-se na verdade o gozo a liberdades e direitos inerentes ao indivíduo o que se correlaciona com o desenvolvimento social e a sua dimensão espacial.

Além disso, convergindo com a teoria do desenvolvimento como liberdade de Sen (2010), cumpre expor o que diz Gomes (2012) a ideia de espaço remete a uma liberdade positiva, ou seja, de uma lei que restringe como condição de liberdade, e o espaço físico indica o terreno onde se inscrevem os limites e os contextos de obediência que a lei impõe.

O autor cita ainda, o posicionamento dos críticos baseados no marxismo, como por exemplo Mitchell (1995), ao dizer que o espaço público não é um espaço de pessoas iguais, eles servem para misturar e promover o encontro de pessoas diferentes que tem direitos e deveres semelhantes, ligando o referido pensamento às ideias insculpidas por Santos (1985) e Sen (2010), o referido autor assevera que os cidadãos são exclusivamente aqueles que tiveram acesso a certa quantidade de recursos e serviços, e estão excluídos desse espaço todos aqueles que não obtiveram a mesma quantidade desses recursos ou facilidade.

Assim para Gomes (2012) citando Mitchell (1995), o espaço público, longe de ser um terreno ou lugar de celebração da isonomia, é segundo esse ponto de vista, o lugar de exclusão, onde determinados grupos são vistos como não cidadãos ou como subcidadãos, por isso, foi realizada a caracterização do perfil do grupo de frequentadores representantes da via lago, bem como, análise fotográfica dos dois espaços, a fim de constatar uma dinâmica social de lazer integrador ou segregador, considerando complexidade com que um espaço público é formado.

2.2. Simbolismo espacial

A formação do espaço público, além de elementos físicos e concretos passa também pelos símbolos e por elementos subjetivos dos quais se pretende discorrer, tendo em vista a importância de tais considerações para entender o acesso e uso aos espaços escolhidos para este trabalho.

Além disso, ante a subjetividade que permeia o estudo do espaço urbano é preciso considerar a importância de como o homem experimenta o espaço e o lugar, assim, Tuan (1983) explana que, lugar sugere segurança e espaço de liberdade, por isso, a experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade, estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização, por isso, as variações de percepção dão ao espaço público conotação subjetiva, o que se aplica aos espaços públicos urbanos de lazer escolhidos, vez que, a diversidade das maneiras de usos e funcionalidades aplicadas aos espaços estudados variam de acordo com a relação e percepção de espaço e lugar.

É de suma para compreensão da presente pesquisa, explicar a respeito da construção do lugar no espaço público, sendo assim, para Leite (2004), nem sempre fronteiras implicam a existência de lugares, o que por vezes pode indicar a presença de espaços sem maiores significados para os atores e suas ações sociais, ante a subjetividade na construção de um lugar dentro do espaço mediante práticas sociais e usos semelhantes.

Lugar pode ser entendido como “uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, em que os usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente” (LEITE, 2004).

Aplicando tal conceituação ao tema proposto é necessário entender os lugares construídos dentro de um espaço público, que em regra, são de uso comum, atentando-se as diversas práticas sociais e usos semelhantes, assim, embora o espaço seja comum é possível lugares substancialmente diferentes dadas a relação homem e lugar, com atribuição de

diferentes significados convergentes com as práticas sociais desenvolvidas.

De acordo com Leite (2004), para se afirmar a singularidade de um lugar e se diferenciar de outras configurações espaciais a identidade do lugar não precisa ser imutável e rígida, mas precisa existir convergência mínima de conteúdos e práticas simbólicas, capaz de agregar sociabilidades que se assemelham, que podem ser entendidas como um produto final de uma interação racional, seja ela resultante de uma ação comunicativa ou de processos políticos de construção de hegemonias e para que haja o compartilhamento de sentidos.

É necessário que ocorra um entendimento mínimo sobre o que representa um lugar e sobre seus códigos culturais que o qualificam, por isso, ao reconhecer um espaço como lugar, não se deve desprezar a multiplicidade de significados considerando a relação singular do indivíduo com o lugar, mas é preciso ainda uma incidência comum de práticas relacionadas ao mesmo lugar, embora as significações sejam amplas, variadas e carregadas de experiências e sentimentos vividos com o lugar.

Nesse contexto é necessário suscitar a importância das sociabilidades e convergências de sentidos no uso do espaço para definição de sua própria identidade, já que representam formas processuais de identidade. Conforme o autor acima citado, cabe lembrar do visível caráter sociológico do espaço.

Leite (2004), ao citar Simmel (1908), assevera que, a natureza sociológica do espaço dependia da reciprocidade de ações de socialização, por isso, a convergência de ações no lugar leva ao sentido e significado, do contrário, conforme o autor, se os lugares não têm significados comuns na construção da sociabilidade, logo, se estaria diante de espaços vazios e edificações sem significados sociais relevantes para a construção da identidade comum de um lugar.

E esses lugares tornam-se lugares de encontros de iguais, para exercitar o uso de códigos comuns e apreciar os símbolos escolhidos para marcar as diferenças, conforme explana Leite (2004), citando Magnani (1993), essa afirmação implica algumas reflexões sobre o acesso e o uso aos lugares foco do estudo em tela, uma vez que, ao discutir a contribuição desses espaços para o desenvolvimento social, com a garantia de acesso e uso igualitário, leva-se em consideração a igualdade de oportunidades e ampliação das chances de acessar e usar esses espaços.

Assim, a convergência de sentidos e significados, que tornam os espaços em lugares, só podem medir realmente o desenvolvimento social, na medida em que, os símbolos do lugar refletem a alteridade e diversidade de interações de classes e raças sociais, vez que se só uma determinada classe acessar e o usar o espaço público, seja ela favorecida economicamente ou não, não se tem o acesso amplo, sendo um lugar de segregação e divisão social.

O fato de ser lugar de encontros de iguais, traz a importância da discursão das desigualdades, ao passo que, se em um lugar só os iguais se encontram, por certo os desiguais não são incluídos naquele lugar, sendo levados a frequentarem outras áreas de acordo com suas condições financeiras e sociais para suas práticas de lazer e integração com o meio social.

Nessa seara, as simbologias e as subjetividade desempenham papel considerável na formação de um lugar, Leite (2004), diz que, as fronteiras de uma cidade nem sempre tem como consequência a formação de lugares, mas, raramente os espaços segmentados pelas práticas de gentrificação não resultam lugares, que dizem respeito a significação dada ao espaço e a convergência dessas significações que o transformam em lugar, configurando-se acima de sua funcionalidade, uma vez que implica sentidos construídos e praticados.

Processo de gentrificação, conforme Furtado (2014), comporta-se como um elemento de estruturação e reestruturação urbana de modo permanente, sendo parte da organização do espaço urbano de acordo com as necessidades do modo de produção dominante na economia e que está em sintonia com os propósitos da estrutura dominante da sociedade em um período histórico determinado, com isso, altera-se a configuração espacial com valorização de certos espaços e desvalorização de outros, com novas funções, sentidos e usos, uma renovação urbana que por vezes se apresenta como um processo de desigualdades.

No processo de construção dos lugares que ocupam o espaço, segundo Leite (2004) é normal que certas fronteiras sejam erguidas para demarcar territórios de subjetivação, deixando claro que a segmentação urbana existe e é excludente em muitos aspectos, quando as identidades urbanas operam recortes nos espaços e delimitam seus próprios territórios, elas estão, de fato, criando fronteiras e estabelecendo critérios de pertencimento, o que implica restrições reais de acesso e usos.

Assim, é inevitável que os processos de reordenação, modernização e sofisticação da cidade, em especial com a construção do parque Cimba e Via Lago, tragam novas formas de ser e pensar no espaço público urbano de lazer, ao passo que, alteram a paisagem urbana simbolicamente com suas fronteiras criadas subjetivamente com a demarcação de práticas de sociabilidade comuns a certos grupos, repelindo os demais, o que ressalta o viés segregador do espaço e causador de desigualdades, ainda que, a cidade não seja um aberta para todos os usos, ela é resultado de práticas sociais e ações simbólicas que politizam seu cotidiano e cartografam seus usos.

Conforme Leite (2004) as fronteiras dos lugares seriam não apenas socialmente legítimas como politicamente necessárias, o que não é legítimo, embora compreensível e explicável do ponto de vista político, é o Estado participar preferencialmente de qualquer

demarcação prática e simbólica do espaço urbano, processos estes que permitem simbolicamente a construção de novos lugares, com exclusão ou não dos lugares anteriormente existentes, sendo que ao mesmo tempo que integra um determinado grupo, exclui outro que incluem nas fronteiras territoriais subjetivamente criadas, que podem arcar com o preço das funcionalidades da cidade ou passam a se identificar com a nova paisagem.

Carlos (2007), partindo da reflexão sobre a cidade, em uma relação socioespacial que se refere ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, explana que:

O espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso - ao longo do tempo. Esse sentido diz respeito à superação da ideia de cidade reduzida à simples localização dos fenômenos (da indústria, por exemplo), para revelá-la como sentido da vida humana em todas as suas dimensões, de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro, possibilidade sempre renovada de realização da vida. (CARLOS, 2007 p.11)

Em sendo assim, o espaço urbano vai além da estruturação física ou do acondicionamento de suas funcionalidades, determinando espaço para cada função da cidade, pois são formadas a partir da relação entre homens e experiência entre homem e espaço, surgindo então sua profundidade e dinâmicas diversas, por isso, algumas modificações do espaço acontecem sem necessidade de tirar ou pôr as coisas de seus lugares, mas sim pelo acesso, e uso aos seus espaços públicos urbanos que em seu sentido abstrato não consegue destituir-se das contradições da realidade prática das relações humanas e nesse arranjo de formação ou reestruturação do espaço, que por vezes pode ser apenas obra do capital com intuito de geração de renda, emprego e visibilidade, como também pode ser formado advindo de segregações de espacialidades previamente determinadas, que acentuam a segregação existente, já que a formação do espaço detém diversidades.

Nesse sentido, Lefebvre (1980, p.47) ao discorrer acerca da produção do espaço social, acrescenta que:

O espaço envolve as contradições da realidade à medida que é um produto social, diante dessa afirmação o espaço torna-se uma mercadoria que se abstrai enquanto mundo, ao mesmo tempo, que traduz as diferenças e as particularidades contextuais. Conferindo a possibilidade de antever os movimentos de opressão ou de emancipação do homem por meio da dialética espacial.

Além disso, para Lefebvre (1980) a produção social do espaço passa por três momentos: espaço concebido, traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, as representações do espaço privilegiam a ideia de produto trazida pela supremacia do valor de troca na racionalidade geral, distante do real; espaço percebido que é uma visão intermediária entre a

ordem próxima e a distante, referente aos contextos espaciais advindos de atos, valores e uso; espaço vivido que traduz as diferenças em relação ao modo de vida.

Por isso, o espaço social é a expressão do espaço vivido, ou seja, a relação entre espaço e homem, através de seus usos e apropriação e significações que dá ao espaço usufruído.

Para Battaus e Oliveira (2016), a produção do espaço urbano segue os ditames do capital que se reproduz no espaço artificial e a partir daí gera industrialização, urbanização, metropolização, segregação e exclusão socioespacial, a cidade é excludente, com cenários totalmente diferentes a classes antagônicas, sobrevive na cidade quem pode pagar pelas amenidades que o capital oferece, e assim, desfrutá-las.

Continuam os referidos autores, ao consignarem que as relações sociais estabelecidas nesses espaços, são, acima de tudo, a mola propulsora das atividades estabelecidas com o intuito de gerar o desenvolvimento econômico do país e o estabelecimento de novas redes urbanas, novas metrópoles, novos centros regionais, novas cidades polos e, por fim, novas cidades médias e pequenas.

Ressaltando-se que cada uma dessas cidades tem o seu papel e grau de importância na esfera econômica e produtiva, destacando-se a importância das cidades médias na inserção de novas dinâmicas produtivas, abertura e fortalecimento da economia e da sociedade.

A formação espaço público urbano, portanto, vai além das edificações e estruturais visivelmente identificáveis, é visto também conforme as significações humanas que lhes são conferidas por meio das práticas sociais que lhe conferem diferentes significados, ao passo que, torna-se em lugar com a convergência de sentidos que são atribuídos, através das diferentes formas de acesso e usos, como por exemplo, para práticas de esportes, eventos comemorativos ou uma conversa informal num fim de tarde, praticas que revelam o uso do lugar para interações e construções sociais com ampliação do que se entende por lazer.

Com isso, é de suma entender a contribuição do Parque Cimba e Via Lago de Araguaína-TO, para o desenvolvimento social, ao passo, que o desenvolvimento é ligado a liberdade, devendo assim como dito acima, ser analisado se sua formação segue ditames do capital e do interesse uma determinada classe ou se é um lugar de todos através do acesso e uso equânime, para que seja possível o estudo se tais espaços contribuem para desenvolvimento social, sendo espaços de inclusão social e acesso e usos livres ou se são espaços de segregação.

2.3 Desenvolvimento social e socioespacial e suas relações com o lazer

Além da noção de desenvolvimento social, aclamado por Sen (2010), teoria que permeia

todo este trabalho, é preciso recorrer a algumas percepções contidas no entendimento de desenvolvimento socioespacial, para conduzir o estudo em conjunto com a teoria escolhida.

O desenvolvimento social de Sen (2010), implica tratar o tema dos espaços públicos urbanos de lazer, Parque Ecológico Urbano Cimba e Via Lago, do ponto de vista da liberdade que envolve tanto processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm dada as suas circunstâncias pessoais e sociais.

A privação a essas liberdades pode surgir em razão de processos inadequados e autoritários de supressão de direitos, dentre os quais os direitos sociais, dos quais o lazer é um deles, conforme o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Ainda conforme Sen (2010), o desenvolvimento social considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos.

Para Pinheiro (2012), a ampliação da visão social do processo de desenvolvimento Brasileiro está em consonância com a extensão do conceito a nível mundial, deixando de denotar somente fenômenos simplesmente econômicos, tais como o aumento do produto real *per capita* ou o aumento da produtividade dos fatores de produção, a partir de 1970, incluem-se no conceito de desenvolvimento diversas noções, que passam, inclusive, a justificar o aparecimento de novas expressões associadas ao desenvolvimento, como “desenvolvimento sustentável” e “desenvolvimento humano”.

Para Sen (2010), um país quanto mais é desenvolvido mais promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos, o que significa que eles têm capacidades crescentes de ser e de fazer aquilo que valorizam e que têm razões para valorizar. Em vez de focar os meios de que as pessoas se utilizam para obterem o estilo de vida que desejam, sendo a renda o principal desses meios a análise de Sen, volta-se para aquilo que, justificadamente, considera os fins do processo de desenvolvimento, ou seja, as próprias pessoas.

Assim, atenta-se particularmente para a expansão das capacidades das pessoas de levarem o tipo de vida que elas valorizam, liberdade que liga-se a qualidade de vida pessoal e social, assim, o modo que se analisa o tema funda-se na garantia ou não da liberdade nos referidos espaços de lazer, através do acesso e uso a esses locais, ou podendo ser o contrário, espaços de alguns, de uma parcela da população e eminentemente segregador, vez que o aspecto econômico é apenas uma das dimensões a serem consideradas no conceito de desenvolvimento social.

Superada as concepções de Sen (2010), afirmando o desenvolvimento como a liberdade pessoal, é preciso olhar para a esfera socioespacial, que de igual modo é aplicável à interpretação da problemática.

Sendo assim, conforme explanado por Barreto, Barros e Oliveira Junior (2012), citando Souza (2003), o desenvolvimento de uma cidade além de comportar percepções inerentes ao crescimento horizontal ou vertical das cidades, a modernização urbana, ao embelezamento ou remodelação urbana e a diversidade de equipamentos urbanos bem organizados, pode ser percebido do ponto de vista econômico, na atração de indústrias e empresas para a cidade e consequente aumento do PIB local. Essa percepção aproxima-se daquela que Amartya Sen, busca afastar-se ao elaborar o entendimento de desenvolvimento social.

Souza (2003), afirma que essas conquistas da cidade também trazem consequências e dificuldades geradas em buscas do desenvolvimento meramente econômica como problemas ambientais, ou mesmo, os problemas sociais urbanos de violência e segregação espacial.

Assim, os questionamentos de Souza (2002) suscitam a ideia de que não se pode chamar de desenvolvida uma cidade que as mudanças em nome do capital desconsideram os efeitos colaterais em termos ambientais e sociais, considerando que o desenvolvimento em boa parte é visto apenas em seu aspecto econômico, pouco importando outros problemas sociais e ambientais dada a natureza capitalista do espaço urbano.

Nesses aspectos os dois autores, quais sejam, Sen (2010) e Souza (2002 e 2003), coincidem em seus entendimentos, visto que, propõem a superação dos conceitos usuais de desenvolvimento, que implicam na consideração de seus efeitos econômicos, sem considerar as consequências, sociais, culturais e ambientais que podem ser desastrosas.

O segundo autor posiciona-se que o desenvolvimento social é uma perspectiva razoável no desenvolvimento ao compreender as esferas econômicas, políticas e culturais, mas se mostra insuficiente, segundo ele, por não contemplar a “dimensão espacial da sociedade”, e mesmo quando lembrada torna-se mera “projeção abstrata da dimensão econômica no espaço” (SOUZA, 2003, p. 98,99).

Assim sendo, para o referido autor o entendimento da organização espacial, perpassa pela compreensão de projeções materiais que podem gerar relações sociais, por isso, a avocação a essa teoria, qual seja, do desenvolvimento socioespacial, para acrescentar a este trabalho a compreensão da dimensão espacial do desenvolvimento.

Para Souza a “organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subsequentes” (SOUZA, 2003, p.99).

Sendo assim, o que deveria se propor para Souza é uma reflexão a partir do espaço social e das relações projetadas no espaço para que se possa visualizar as dimensões espaciais qualificando-as e mesmo redimensionando-as para transformá-las, ou seja, não apenas visando transformar o espaço social, “mas a transformação das relações sociais e do espaço social, simultaneamente” (SOUZA, 2003, p. 100).

É fundado nesses aspectos que o autor dá um tratamento específico ao desenvolvimento e defende sua concepção de “desenvolvimento socioespacial” (SOUZA, 2003, p. 101; SOUZA, 2002, p. 62). Este conceito encerra duas variáveis importantes que, para Souza, podem nortear uma “mudança social positiva” no cotidiano das cidades, a justiça social e a qualidade de vida seriam aspectos fundamentais para qualificar a vida urbana.

A qualidade de vida corresponderia “à crescente satisfação das necessidades tanto básicas quanto não básicas, tanto materiais quanto imateriais de uma parcela cada vez maior da população”. A justiça social evidenciaria a nossa capacidade de “conciliar poderosamente o respeito à alteridade com a exigência de igualdade” (SOUZA, 2002, p. 64).

Isso só é possível, segundo Souza (2002), se repensarmos a concepção de autonomia individual e a concepção autonomia coletiva. Sendo que cada uma destas concepções teria um papel importante a cumprir numa sociedade que visa a democracia como sistema político não apenas formal.

A autonomia individual só é possível se o indivíduo for capaz de estabelecer metas para si próprio de forma lúcida e na medida em que for capaz de refletir criticamente sobre informações de que dispõe em fontes confiáveis e a autonomia coletiva “depreende não só de instituições sociais capazes de garantir justiça, liberdade e possibilidade de pensamento crítico [...], mas também a constante formação de indivíduos lúcidos e críticos, dispostos a encarnar e a defender essas instituições (SOUZA, 2002, p. 64,65).

Nesse sentido, a qualidade de vida e a justiça social é atrelada autonomia individual e a autonomia coletiva, ou seja, mesmo que se possa ter ganhos em qualidade de vida e justiça social se esses ganhos não forem fruto de decisões democráticas não se pode falar em sociedade autônoma, o que vai diretamente ao encontro das liberdades substantivas aclamadas por Sen (2010).

Acrescenta Santos (1985) que, nos países capitalista avançados, os serviços essenciais, como os fixos públicos (casas de saúde hospitais, escolas, estádios, lugares de lazer entre outros) são, sobretudo, incumbência do poder público e sua distribuição geográfica como meio de promoção da equidade social, sendo que, as possíveis barreiras são minimizadas por transportes escolares ou hospitalares gratuitos, devido a todos os cidadãos como ou sem emprego, ricos ou

pobres.

No caso do Brasil não ainda não definiram os serviços essenciais, ou em adotar um distributivismo geográfico que sirva de base à desejada justiça social, culminando assim, em desigualdades sociais que são primeiramente desigualdades territoriais, porque deriva do local onde cada um se encontra. “O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam” (SANTOS, p.123, 1985).

Nesse contexto, conforme Souza (2002), a justiça social pode ser associada níveis de segregação espacial, condições socioeconômicas e níveis de participação da população em geral. A qualidade de vida, por sua vez, pode ser associada a satisfação individual em torno de serviços de saúde, educação e aqueles relativos à moradia.

Para atingir as especificidades dos parâmetros subordinados particulares Souza (2002) propõe adaptações singularizantes que darão conta de compreender no espaço e no tempo a situação concreta.

Cabe “aos próprios indivíduos/cidadãos envolvidos no planejamento ou na gestão em um determinado espaço e tempo” controlar o processo de construção e reconstrução dos desafios socioespaciais (SOUZA, 2002, p.68).

Nesse contexto o desenvolvimento social visto na análise do lazer nos espaços públicos escolhidos, deve ser percebido como uma dimensão social e espacial da vida humana, isto é, uma dimensão dinâmica, que faz dialogar com o campo das possibilidades e dos limites, do querer e do poder, do potencial e do realizável. Desenvolvimento social ao suscitar a contribuição desses espaços para o exercício das liberdades inerentes ao ser humano, em suas relações pessoais e sociais e desenvolvimento socioespacial, ao falar da distribuição desses espaços em seus contextos sociais e seus traços subjetivos que colaboram para interpretação do espaço como lugar.

Assim, portanto, para teorização do presente trabalho foi usada a teoria do desenvolvimento social de Amartya Sen e o desenvolvimento socioespacial trazido por Marcelo Lopes de Souza, a fim de atender as questões que serão levantadas no estudo.

3. EXPOSIÇÃO DO CONCEITO DE LAZER

A fim de situar o leitor na problemática proposta é necessário debruçar-se sobre o que se pode chamar de lazer, conceituando-o.

Segundo Lopes (2017), o lazer tem como extensão histórica o período pós-revolução industrial, mesmo que essa palavra existisse antes disso, sendo visto como uma abstração que adquire entendimento sobre fenômenos variados e diferentes, assim considerando a amplitude dos fenômenos sociais o conceito não tem como dar conta de cada realidade de lazer em apartado.

Nesse sentido, considerando a complexidade das discussões sobre lazer utiliza-se para este estudo os conceitos amplamente utilizados pelos autores que discutem o tema, um deles desenvolvido pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier, que conceitua o lazer pelo viés de prazer pessoal, como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se ou entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1976, p 34)

Além disso, tendo em vista que o referido estudo trata de questões sociais, é importante ainda ligar o tema ao conceito formulado por Requiça (1980), que trabalha o conceito de lazer pelo seu viés social.

Sendo assim, os dois conceitos escolhidos para o presente trabalho conversam entre si e trazem fundamentos teóricos suficientes para o desenvolvimento de trabalho estritamente social ligado a teoria do desenvolvimento social. Assim, assevera o autor supracitado:

(...) sendo uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social (REQUIÇA, 1980, p.35).

O conceito acima exposto se atrela ao aspectos do desenvolvimento acentuados por Sen (2010), vez que suas concepções de desenvolvimento ultrapassam aspectos econômicos, como crescimento do produto interno bruto e renda, ligando-se à melhoria das condições de vida e liberdade constitutivas, que se refere às liberdades substantivas dos indivíduos, que são as capacidades elementares de ter condições para evitar privações, terem participação política e liberdade de expressão, com isso, o lazer pode ser considerado como um fator promovedor

dessas liberdades, pois oferta ao indivíduo convivência social e com o meio, assim, quanto mais liberdades e condições de evitar privações mais há desenvolvimento.

Nessa senda, o acesso e uso dos espaços públicos de lazer deve ser visto como para além do gozo de um tempo vago, desinteressado, mas como uma liberdade substancial garantida democraticamente, que permite o desenvolvimento social se for dada a todos o acesso e uso igualitário, a fim de expandir as capacidades dos indivíduos.

Sen (2010) redireciona o foco do desenvolvimento para o alcance da expansão das liberdades substantivas e instrumentais, a fim de promover o desenvolvimento social, sendo que os principais fatores de privação de liberdade são pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados opressivos. Assim, entendendo o lazer também como um serviço público, limitações em seu uso e acesso também são uma forma de privação de liberdade.

Lefebvre (1991), em uma visão realista assevera que o lazer se liga ainda ao direito à natureza, entrando para o valor de troca e para mercadoria, sendo comprada e vendida, surgem os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, que destroem essa “naturalidade” da qual as pessoas se ocupam, a natureza, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da criatividade. Como uma indústria do lazer, um lazer artificial e oferecido aos que podem custear tais acessos.

Além disso, é importante frisar a localização da cidade de Araguaína e seus espaços públicos urbanos de lazer, pois deve nortear os estudos, por tratar-se de cidade Amazônica, sendo assim, cabe considerar suas práticas enquanto cidade média localizada na Amazônia legal.

Nesse sentido Marin (2018) esclarece que, o estudo das práticas de lazer nas cidades Amazônicas consiste em sistematizar e compreender o que mudou nas realidades sociais urbanas e como interferem nas práticas de lazer. As investigações sobre o tempo de lazer e as práticas de lazer possui como objetivos conhecer realidades sociais específicas e culturas que atribuem significados, usos, ocupação diferenciados a esse tempo livre. São práticas diversas que não podem ser negligenciadas, vez que fazem parte da própria história do povo amazônico. Como expõe Marin:

Na Amazônia, a prática de lazer nas cidades ribeirinhas tem como condição o acesso ao rio, ao igarapé, que não pode estar poluído ou controlado para a função de grande porto público ou privado. A corrida a pé ou de bicicleta pelas ruas depende de calçamento, de segurança. A reunião de vizinhos à frente de casa, nos finais de tarde, está dificultada pelo barulho, pela insegurança e pela não valorização dessa reunião e

a escolha de práticas de lazer audiovisuais, como assistir novela, que se instala como um comportamento padronizado. (MARIN, 2018, p.77)

Essa diversidade de práticas ao mesmo tempo que enriquece o contexto cultural das regiões Amazônicas traz desafios para o mapeamento do perfil de atividades predominantemente práticas, como na cidade de Araguaína, vez que considerando caráter lúdico dessas práticas elas trazem uma vasta diversidade, além de esbarra nos problemas urbanos, como falta de infraestrutura e segurança.

Marin (2018), citando Magnani (2003) distingue o lazer pelas dimensões lúdicas e compensadoras, cotejadas em relações sociais diferenciadas. O lazer como modo de atividade ritualizada ocupa um lugar depois dos momentos de obrigação social.

Para Martin (2018), questões críticas da sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental das cidades não estão resolvidas com a construção de shoppings, os espaços de lazer da modernidade e a procrastinação de ofertar parques, jardins, centros esportivos, bibliotecas, museus que alicerçam a qualidade de vida.

Além disso, a modernidade transformou as brincadeiras de ruas, pipa, esconde-esconde em brincadeiras tecnológicas temporárias e ditadas pelas modas do momento, por exemplo, caça de Pokémon que, como a autora demonstra, reflete essas transformações da modernidade e troca por tecnologia, o que se liga ao consumismo etc.

Marin (2018), apresenta dados do censo de 2010 do IBGE, sobre infraestrutura de lazer no Brasil, que mostra a desigualdade e restrição às práticas de lazer: frequentar e utilizar serviços de biblioteca, de museus, de teatros, de cinemas. Os dados mostram que 4.455 dos municípios brasileiros não possuem salas de cinema; 82% dos municípios brasileiros não dispõem de museus; 84% não tem teatro; 20% não tem biblioteca públicas e em municípios com até 5000 habitantes, a presença de livrarias, venda de discos, fitas e CD é muito rara.

Em relação a atividade física, observou a referida autora que 46% dos brasileiros não fazem atividade física suficiente no lazer. O quadro não pode ser otimista com políticas públicas anunciadas para trabalhadores em 2016 e 2017 sobre a jornada de trabalho, a terceirização das leis trabalhista, o tempo livre encurta e deixa de ser um direito humano, vez que o lazer é o desfrutar do tempo livre, de uma sociedade envolta nas rotinas de trabalho exaustivas.

Além disso, Marin (2018) expõe que de forma aparentemente irreversível, as práticas de lazer estão controladas do ponto de vista político (política da internet) e denominadas pelas tecnologias. A internet é presente em espaços de tempo cada vez maiores na vida dos indivíduos, isto é, crianças, jovens e adultos. Salve-se a geração que ficou no século XX, os

jogos de internet, desenhos no computador, notebook ou celular ao lado da televisão tornam intensiva essa jornada de lazer, massivamente tecnológica.

Por isso, nota-se que a ampliação de espaços de lazer em Araguaína surge como uma forma de efetivar o acesso ao lazer e não necessariamente apenas de modernizar suas estruturas, do contrário é negligência de direitos constitucionalmente firmados, por isso, é necessário entender a capacidade de incluir ou segregar desses espaços.

4. METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos descritos acima, destaca-se que em decorrência da pandemia já citada, a metodologia do trabalho também sofreu mudança significativa, pois a metodologia utilizada seria a descritiva e exploratória com utilização o método indutivo, bem como, de pesquisas bibliográficas e estudo de referenciais teóricos sobre desenvolvimento social, urbanização e lazer tratamento de dados qualitativa.

Tendo em vista as mudanças realizadas na metodologia, conforme explicado na introdução, foi realizada pesquisa descritiva e exploratória, com utilização do método monográfico, para análise dos questionários socioeconômicos e entrevistas com roteiro semiestruturado aplicados aos frequentadores da via lago, observação aos locais escolhidos para a pesquisa com visitas periódicas, registros fotográficos, pesquisas bibliográficas e estudo de referenciais teóricos sobre desenvolvimento social, urbanização e lazer com análise qualitativa de dados, a fim de alcançar os objetivos proposto e resultados necessários para o conhecimento regional do assunto.

Nesse contexto, para Gil (2002), pesquisa descritiva é aquela que descreve características de determinada população ou fenômeno, esse tipo de pesquisa permite a realização de diversas pesquisas, mas principalmente as que fazem utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Esse tipo de pesquisa permite ainda estudar as características de um grupo e levantar opiniões sobre determinado assunto.

Sendo assim, a pesquisa descritiva atrela-se ao objetivo geral, que é analisar acesso e o uso aos espaços públicos urbanos de lazer, quais sejam, Parque Ecológico Urbano Cimba, Via Lago da cidade Araguaína e sua contribuição ou não para o desenvolvimento social, foi feita descrição dos modos de acesso e de uso desses lugares ao observar as atividades realizadas, atendendo ao segundo e terceiro objetivo específico da pesquisa, quais sejam, 2. Caracterizar do perfil socioeconômico do grupo de representantes da Via lago, a fim de identificar a presença de heterogeneidade ou homogeneidade no perfil dos frequentadores, como indicador de inclusão ou exclusão social; 3. Identificar aspectos que dificultam o acesso e o uso a esses locais e conseqüentemente o desenvolvimento e inclusão social, sob a ótica do acesso ao lazer.

No que concerne o acesso, realizou-se a descrição de como essas pessoas chegam a esses locais, que meios de locomoção usam e em qual bairro moram. Quanto ao uso será descrito questões das atividades predominantes e horários, o que na Via Lago foi pela percepção do grupo de representantes entrevistados, quais sejam, 48 pessoas, além da complementação com

fotografias e observação, já no Parque Cimba a descrição foi feita com base em observação e fotografias.

A caracterização de quem é o grupo representante que acessa e usa a Via Lago foi feito por meio do levantamento de perfil socioeconômico, sendo possível ser realizado por pesquisa descritiva pois estuda características de grupos, populações e fenômeno, o que é de suma para desenvolver a problemática em tela, já que a partir dos dados coletados é possível identificar fatores importantes para análise da contribuição ou não desses espaços para desenvolvimento social, pois serão levantadas questões sobre o viés socioeconômico dos participantes da pesquisa, o que de igual modo aplica-se para o uso das fotografias no Parque Cimba.

A fim de obter mais informações sobre o objeto de estudo foi feita também pesquisa exploratória, sendo aplicada entrevista com roteiro semiestruturado, para um grupo de 48 pessoas frequentadoras da Via Lago, considerando as alterações metodológicas nesse sentido, sendo este um instrumento capaz de trazer ao pesquisador informações importantes para o desenvolvimento da pesquisa, tais como percepção pessoal do lugar, opinião e identificação dos reflexos das mudanças do lazer na cidade por meio de questionamentos que permitam o entrevistado transmitir o que era o lazer antes e o que este vem se tornando.

A pesquisa descritiva e exploratória também foi utilizada na análise da formação histórica e estrutural dos espaços de lazer a fim de identificar seus significados e símbolos na transformação da cidade com construção desses espaços, a fim de entender o que motivou suas criações, pois permite o pesquisador o estudo das características dos participantes da pesquisa, no sentido de que permite uma visão sobre o objeto de pesquisa capaz de trazer resultados claros, objetivos e específicos ao problema em sugerido.

Foi usado também o método monográfico, que segundo Marconi e Lakatos (2003), foi empregado criado por Le Play ao estudar famílias operárias na Europa, partindo do princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser significativo para a compreensão de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes, o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações, que só são possíveis através da profundidade que se emprega na utilização desse método, o que no estudo em tela, buscou-se chegar o mais perto possível da realidade do universo de pesquisa com o aprofundamento na análise de cada uma das variáveis, tanto no questionário socioeconômico organizadas estatisticamente, quanto na a entrevista com roteiro semiestruturado.

Asseveram os autores referidos acima, que a vantagem do método consiste em respeitar a ‘totalidade solidária’ dos grupos, ao estudar, em primeiro lugar, a vida do grupo na sua

unidade concreta, evitando, portanto, a prematura dissociação de seus elementos. Em seu início, o método consistia no exame de aspectos particulares, como, por exemplo, o orçamento familiar, as características de profissões ou de indústrias domiciliares, o custo de vida etc. Entretanto, o estudo monográfico pode, também, em vez de se concentrar em um aspecto, abranger o conjunto das atividades de um grupo social particular, como no exemplo das cooperativas e do grupo indígena. São exemplos desse tipo de estudo as monografias regionais, as rurais, as de aldeia e, até, as urbanas.

O referido método foi utilizado na análise dos questionários socioeconômicos e entrevistas de roteiro semiestruturado, ambos aplicados à 48 frequentadores da via lago, assim, partindo da análise dos modos de uso e acesso, bem como, da análise do perfil dos participantes da pesquisa, será possível descobrir o contexto geral que envolve as questões ligadas aos espaços urbanos de lazer na cidade de Araguaína/TO, Cimba e Via Lago na perspectiva do desenvolvimento social, pois a partir de concepções pessoais poderá ser alcançada uma resposta que represente a realidade que de fato é presente nesses lugares como espaços de inclusão ou exclusão social, sendo ainda possível identificar os aspectos que dificultam o acesso e uso, em junção com a pesquisa descritiva e exploratória feita sobre os instrumentos de coletas de dados.

No que diz respeito ao uso de fotografias, do ponto de vista conceitual, Monteiro (2006, p. 12) assevera:

A fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em segundo lugar, ela é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma etc. Em terceiro lugar, transforma o tridimensional em bidimensional, reduz a gama das cores e simula a profundidade do campo de visão.

Além disso, essa técnica é o registro em imagens dos ícones da memória. As fotografias, em geral, “sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou: são os elos documentais e afetivos que perpetuam a memória” (KOSSOY apud SOARES; SUZUKI, 2009, p. 9), trazendo aos olhos realidades sensíveis aos registros fotográficos, no presente trabalho essa técnica foi utilizada nos dois espaços, principalmente no Parque Cimba, considerando as alterações metodológicas e a impossibilidade de aplicação de questionários e entrevistas.

Em busca da triangulação dos dados, que conforme Azevedo *et al* (2013), significa olhar para o mesmo fenômeno, ou questão de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados, foi usada também a observação, que segundo Marconi e Lakatos (2013) é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos

que se desejam estudar.

Ainda conforme os referidos autores, a observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento, desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade.

A observação foi usada em visitas realizadas pela pesquisadora periodicamente, em busca de elementos ligados tanto à estrutura material, quanto imaterial dos dois lugares escolhidos para o estudo, como ponto de partida para os estudos sociais.

Além disso, para o desenvolvimento do referido estudo também é imprescindível o uso da pesquisa bibliográfica, que para Gil (2002) é um tipo de pesquisa construída com base em materiais já escritos, principalmente livros e artigos científicos, que foi feita através do estudo da teoria adotada neste trabalho, qual seja, desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, e demais escritos que corroboram com o tema.

Compõe ainda a metodologia, a análise qualitativa dos dados coletados em questionários socioeconômicos, entrevistas com roteiro semiestruturado, observações e fotografias.

4.1. Dos critérios de seleção dos participantes da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na esfera urbana da cidade de Araguaína, em específico nos seus dois espaços públicos de Lazer, quais sejam parque Cimba e Via Lago, sendo que a aplicação dos questionários e entrevistas foi realizada somente na Via Lago, como já explicado, para isso, foi feito o recrutamento dos participantes da pesquisa por meio de aspectos que facilitam a percepção dos fatores que contribuem ou não para o desenvolvimento social.

Assim, o estudo em voga, terá como critérios de inclusão, aspectos de localidade de moradia, idade, profissão e escolaridade, bem como a frequência com que usa o espaço em tela, visto que o objetivo do estudo é verificar o perfil socioeconômico dos seus frequentadores, bem como suas percepções, já o critério de exclusão é principalmente o uso esporádico dos espaços, menoridade e não está em gozo das faculdades mentais.

No que concerne a amostra, de acordo com Gil (2002), é selecionada em função de apresentar características que viabilizem a investigação da influência de determinada exposição na ocorrência de determinado fenômeno, talvez nesses pontos que se diferenciam as pesquisas qualitativas e a quantitativas pela lógica que sublinha o processo de amostragem. Enquanto os estudos qualitativos se preocupam, basicamente, com o estudo em profundidade de amostras pequenas e até casos únicos selecionados intencionalmente, os métodos quantitativos dependem

de grandes amostras selecionadas aleatoriamente que possibilitem inferências e generalizações para toda a população (Patton, 1990).

Além disso, Patton (1990) acrescenta que ao invés de generalizações o estudo qualitativo busca, por sua vez, a seleção de casos que sejam ricos em conteúdo e que permitam ao pesquisador a obtenção de muitas informações sobre o propósito central da pesquisa.

Assim, a pesquisa em tela seria realizada em duas fases. A primeira seria com aplicação de questionário socioeconômico para 400 (quatrocentos) frequentadores, sendo 200 (duzentos) pessoas no parque Cimba e 200 (duzentos) na Via Lago, entre os meses de janeiro e maio de 2020, no turno da manhã entre 6h (seis) e 7h (sete) horas e no entardecer das 16h (dezesesseis) às 19h (dezenove) horas e na segunda fase seria realizada entrevista com roteiro semiestruturado com 200 (vinte) participantes, cem de cada espaço.

Ocorre que, devido às circunstâncias que acarretaram a alteração da metodologia deste trabalho, foi realizada entrevista e questionário com 48 frequentadores da Via Lago, que serão tratados como um grupo de representantes do local, conforme explicado acima.

4.2. Dos procedimentos de coleta dos dados da pesquisa

Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário socioeconômico (EM ANEXO) para averiguar questões objetivas, tais como, bairro que mora, idade, tempo que mora na cidade, frequência que vai aos locais alvo do presente estudo, entre outras variáveis a respeito dos frequentadores da Via Lago.

Esse questionário, segundo Gil (2002), é um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado e constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato. Assim, o referido instrumento é necessário na pesquisa.

Paralelamente ao questionário foi realizada entrevista com roteiro semiestruturado (EM ANEXO), para coleta de dados subjetivos, como percepção e opinião pública dos participantes da pesquisa para extração de dados importantes que auxiliem na estruturação da pesquisa. Além disso, foi coletada informações por meio da observação direta (*visita in loco*) será acompanhada de registro fotográfico.

4.3. Dos procedimentos de tabulação dos dados/ do procedimento de análise

Os dados coletados por intermédio dos procedimentos de coleta de dados já

referendados foram tabulados com o uso da análise qualitativa de dados.

Segundo André (1983) essa técnica visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto.

Baseada na afirmação acima, o trabalho em escopo usar-se-á da análise qualitativa para analisar por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado e questionário socioeconômico, questões referentes ao acesso e uso dos espaços públicos urbanos de lazer na cidade de Araguaína, Parque Cimba e Via Lago, pois tal análise é cabível tanto em investigações subjetivas como objetivas, para responder à pergunta de pesquisa e confirmar ou não a hipótese levantada, atendendo aos objetivos estabelecidos.

Trata-se de definir núcleos de interesse do pesquisador, que têm vinculação direta aos seus pressupostos teóricos (abordagem conceitual) e contatos prévios com a realidade sob estudo; ou seja, existe uma direção, ainda que não de forma totalmente declarada, para o conteúdo que vai ser obtido nas entrevistas (Queiroz, 1987), ao mesmo tempo em que a garantia de adequação do roteiro ao universo de vida dos sujeitos.

Esse formato pede também uma formulação flexível das questões, cuja sequência e minuciosidade ficarão por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que flui naturalmente no momento em que entrevistador e entrevistado se defrontam e partilham uma conversa permeada de perguntas abertas, destinadas a "evocar ou suscitar" uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados, surgindo então a oportunidade de investigar crenças, sentimentos, valores, razões e motivos que se fazem acompanhar de fatos e comportamentos, numa captação, na íntegra, da fala dos sujeitos.

A análise qualitativa se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e é delimitada pela abordagem conceituais (teoria) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade, mesmo porque um trabalho desta natureza não tem a pretensão de atingir o limiar da representatividade (Fernandes, 1991).

Assim, para aplicação dessa técnica o pesquisador precisa atender a três regras mestras: 1 - As questões advindas do seu problema de pesquisa; 2 - As formulações da abordagem conceituais que adota; 3 - A própria realidade sob estudo.

Esses dados são necessários para alcançar uma amostragem que representa o acesso e uso a esses locais, o que tornará possível analisar a contribuição ou não para desenvolvimento social a luz da teoria de Amartya Sen (2010) por meio dos ambientes públicos de lazer que serão estudados, sendo que nos dois espaços da pesquisa, qual seja, Via Lago e Parque Cimba,

foram feitas observações (*visita in loco*), registros fotográficos, pesquisa descritiva e exploratória, e apenas na Via Lago, foi aplicado questionários, entrevistas, com a utilização do método monográfico e da análise de dados qualitativa.

A organização dos dados do questionário socioeconômico foi feita com o uso do programa de estatística SPSS (*Statistical Package for Social Science*) versão 26,0, para caracterização do perfil dos frequentadores da via lago, que, foi dividida em caracterização do perfil demográfico, laboral e socioeconômico da Via Lago em sua análise qualitativa.

Por fim, a análise dados coletados foi processada com o viés interpretativo da teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e do desenvolvimento socioespacial trazido por Marcelo Lopes de Souza, a fim de alcançar os objetivos propostos.

Nesse sentido, são objetivos desse trabalho, analisar a formação histórica e estrutural dos espaços de lazer a fim de identificar seus significados e símbolos na transformação da cidade, por meio da bibliografias, bem como fotografias; Caracterizar do perfil socioeconômico do grupo de representantes da Via lago, a fim de identificar a presença de heterogeneidade ou homogeneidade no perfil dos frequentadores, como indicador de inclusão ou exclusão social; Identificar aspectos que dificultam o acesso e o uso a esses locais e conseqüentemente o desenvolvimento e inclusão social, sob a ótica do acesso ao lazer, para que então seja possível responder de pesquisa que busca descobrir se Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via Lago, como espaços públicos urbanos de lazer, promovem a inclusão ou a segregação social, confirmando ou não a hipótese levantada inicialmente.

5. ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DE LAZER NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO: DAS PRAÇAS AO PARQUE ECOLÓGICO URBANO CIMBA E VIA LAGO

A cidade de Araguaína é regionalmente conhecida como a capital econômica do Estado do Tocantins, sendo a segunda maior cidade do Estado em população, atrás apenas da capital, Palmas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), Araguaína possui cerca de 150.484 habitantes, com projeção de 177.517 habitantes para o ano de 2018 IBGE (2010).

As transformações no lazer da cidade na cidade de Araguaína se iniciam com a criação do Parque Ecológico Urbano Cimba que em um breve histórico e a luz dos escritos de Fernandes (2017), está localizado em uma área que até então era abandonada, onde funcionava Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica (Cimba), em 1963, sendo a primeira Indústria instalada em Araguaína, exercendo atividades de extração de babaçu.

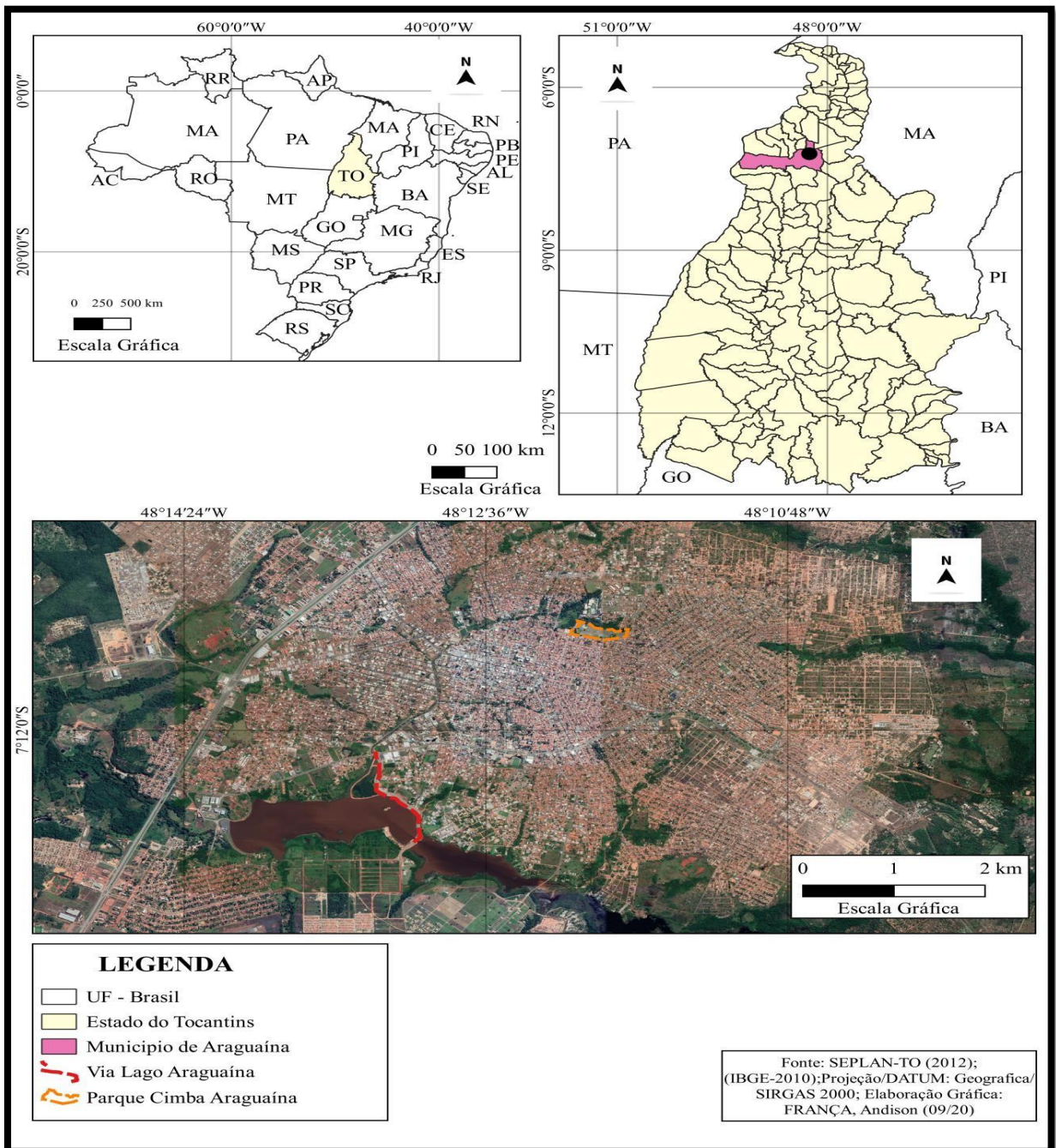
O processo de construção do parque começa no ano de 2015, na área que pertencia ao Grupo Boa Sorte e que foi doada ao Município de Araguaína; a etapa inicial da obra foi entregue à população no ano de 2016 e já contava com estacionamento, calçadas, ciclovia e pista de caminhada. No projeto arquitetônico do parque prevê ainda a construção de um restaurante, dois quiosques, pistas de esportes radicais, como o skate.

Com base nas informações disponíveis no sítio eletrônico da prefeitura de Araguaína, no ano posterior à inauguração do parque CIMBA, é inaugurada a VIA LAGO, entregue à população no evento em comemoração ao aniversário da cidade, que foi de 11 à 14 de novembro de 2017, na gestão do Prefeito Ronaldo Dimas, que se tornou um dos pontos turísticos mais importantes da região. Com aproximadamente 1,84 Km de extensão começando na foz do Córrego Neblina (no cruzamento com a Avenida Filadélfia) seguindo até os setores Lago Azul, Cidade Nova dentre outros, com três pistas duplas, ciclovia e calçamento para pedestres. O investimento inicial foi de 5 milhões de reais e posteriormente 13,5 milhões por parte do Governo Federal e Municipal.

Assim como o parque Cimba, sua é localização privilegiada e o contato com a natureza junto com a sua estrutura composta por pista amplas, ciclovias e calçadas fazem com que se tornem mais uma opção de lazer para atividades como caminhada, pedaladas e outras atividades. Ressalta-se que ambos foram construídos com recursos oriundos do Ministério do Turismo.

Como é possível perceber no mapa abaixo os dois os locais estudados ficam localizados em partes opostas e em configurações espaciais diferentes, como demonstrado adiante ao longo dos registros fotográficos.

Mapa 1- Localização de localização, Parque Ecológico Urbano Cimba e Via Lago



Fonte: SEPLAN-TO (2012); (IBGE-2010); Projeção/DATUM: Geográfica/SIRGAS 2000; Elaboração gráfica: FRANÇA, Anderson(09/20)

Em breves linhas, segundo Bruno (2018) a cidade de Araguaína em comparação com outras cidades é relativamente nova, pois tem sua emancipação datada em 14 de novembro de 1958, mesmo que possua registros históricos desde o final do século XIX, com as primeiras ocupações no século XX.

Nesse sentido, estudar-se-á os novos espaços de lazer em Araguaína, Parque Cimba e Via Lago, que são considerados novos porque possuem menos de 20 anos de implantação. Ainda segundo Bruno (2018) esses espaços são ocupados diariamente, em dias úteis, feriados e finais de semana, o que distingue dos demais espaços públicos da cidade por serem ocupados em momentos diversos.

O primeiro espaço a ser estudado, qual seja, o Parque Ecológico Urbano Cimba, localizado na referida cidade e como já explanado está disponível à população desde 2016 e se localiza Rua Alfredo Nascier na região central da cidade.

Pelo mapa exposto acima, nota-se que o referido parque urbano privilegia algumas localidades por sua proximidade, o que influencia diretamente no próprio alcance do lugar, assim, o aspecto geográfico é de suma para o desenvolvimento da pesquisa além do estudo e observação da população frequentadora desses espaços. Outro espaço a ser pesquisada é a Via Lago, disponível à população desde 2017, o que possibilita o estudo dos mesmos aspectos descritos acima, além de outros, visto que é localizado em lado oposto ao parque Cimba, por isso, é possível e necessário estudar o acesso, o uso e a apropriação desses espaços com vistas ao desenvolvimento social a partir do acesso e garantia de lazer.

Assim, na cidade de Araguaína, a Lei Complementar nº 051 de 02 de Outubro de 2017, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Araguaína, em seu artigo 6º inciso V, trata o lazer no rol de prioridades para alcance do objetivo central da política municipal de desenvolvimento do Município de Araguaína, a disposição citada, bem como outros trechos da lei demonstra a função do lazer de reordenação do espaço urbano e destinação a áreas não ocupadas ou áreas de preservação permanente, dando a esses espaços destinação para lazer e recreação, que foi incorporado na Constituição de 1988 como direito social, metaindividual, ou seja, um direito da coletividade.

Na cidade em comento, pode-se citar alguns lugares que também fazem parte do lazer na cidade anteriores aos espaços foco deste estudo, tais como as Praças São Luis Orione e das Bandeiras.

De acordo com Bruno (2018), a Praça São Luís Orione foi a primeira praça urbana na cidade, construída entre 1950 e 1960. A referida praça localiza-se próximo da igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, padroeiro da cidade, na época de regime militar a praça passou a se

chamar praça das nações, pois ficava localizada a base militar de combate aos que eram contrários ao regime imposto (Figura 01).

No ano de 2004, a Câmara Municipal de Araguaína aprovou a mudança de nome da praça, que passa a se chamar Praça São Luís Orione, devido à canonização de Dom Orione. Recentemente a praça passou por uma reforma de modernização arquitetônica, com a construção de novos equipamentos, a exemplo um chafariz no centro da praça (Figura 02).

Figura 1- Praça das Nações em 1985



Fonte: FabioSantiago. Disponível em: <https://www.portalgildabonfim.com.br/site/internauta-araguainense-posta-fotos-antigas-de-araguaina-no-facebook-e-se-surpreende-com-repercussao/>.

Figura 2 - Praça São Luis Orione após reforma



Fonte: Cássio Resplendes. Disponível em: <https://www.folhacapital.com.br/portal/noticias/view/295/prefeitura-entrega-reforma-de-praca-em-araguaina>.

Outro espaço urbano usado para o lazer na cidade de Araguaína é a Praça das Bandeiras, que também passou por reformas ao longo dos anos após sua construção. (Figuras 03 e 04).

Figura 3 - Praças das Bandeiras em 1989



Fonte: Arquivo pessoal de LuizAparecido. Disponível em:<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15962/1/LeiturasPaisagensUrbanas.pdf>.

Figura 4 - Praça das Bandeiras em 2011



Fonte: Aires José Perreira. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15962/1/LeiturasPaisagensUrbanas.pdf>

Cabe ressaltar, que os referidos lugares não são foco principal do presente estudo, mas é importante fazer a referida contextualização pois permite visualizar a dimensão das transformações introduzidas no lazer da cidade de Araguaína, pois pela simples análise das fotos elencadas é notável uma reconfiguração da paisagem urbana e do espaço público urbano de lazer.

Feita essas exposições é preciso que sejam feitas algumas considerações a respeito dos dois espaços públicos urbanos de lazer escolhidos para o desenvolvimento deste estudo, parque ecológico urbano Cimba e Via Lago de Araguaína.

O primeiro espaço, qual seja, o Parque Ecológico Urbano Cimba, que segundo Santos (2016), na década de 1950 recebeu a instalação da fábrica Dirce S/A na cidade de Araguaína, que tinha como atividade a fabricação de óleo e cosméticos extraídos das amêndoas presentes no coco babaçu, matéria prima disponível na própria cidade e a mão de obra vinha das mulheres chamadas de quebradeiras de coco, que levavam as amêndoas para a fábrica, que foi responsável pelo desenvolvimento da região a seu tempo, visto que sua produção era vendida para vários Estados.

Na década seguinte, em meados de 1963, a fábrica passou a ser propriedade dos irmãos Boa Sorte, fundado por Benedito Vicente Ferreira, que é lembrado no monumento na entrada do parque, com isto houve várias mudanças começando inicialmente com a ampliação da planta fabril, aumentando conseqüentemente o trabalho na extração do óleo, e na produção do sabão de coco babaçu.

Figura 5 - Monumento da entrada do Parque Cimba



Fonte: Foto da autora (dezembro,2020)

A atual arquitetura do lugar é diferente da constituída ao tempo da fábrica, pela modernização da estrutura e também pelo novo uso dado ao lugar, entendido aqui, como um espaço público de lazer, mas cabe expor que mesmo com toda modernização a ruína do parque cimba e o maquinário responsável pelo processamento do óleo, podem ser considerados como um elo de ligação com a história passada do referido espaço, tanto é que, após mais de cinco anos de sua construção as ruínas e o maquinário permanecem conservados no local, que são elementos das memórias enquanto lugar.

Figura 6 - Ruínas da antiga fabrica no Parque Ecológico Urbano Cimba



Fonte: Foto da autora (dezembro,2020)

Figura 7 - Maquinário usado para processamento do óleo



Fonte: Foto da autora (dezembro,2020)

As imagens colocadas acima, apoiam o estudo dos processos de ressignificação do espaço, ao passo que é evidente a presença de elementos característicos do passado como uma conservação da história pregressa do lugar, que enriquece a análise do espaço, sendo observado, principalmente no parque Cimba a presença de elementos representativos da história passada do espaço.

Segundo informações do site oficial da Prefeitura Municipal de Araguaína, os recursos para a primeira etapa de construção do Parque ecológico Urbano Cimba somam o montante de R\$ 2.000.106,00 (dois milhões e cento mil real), oriundos do Ministério do Turismo, a obra é projeto exclusivo da prefeitura em parceria com o Governo Federal.

Conforme explanado por Bruno (2018), o Parque ecológico Urbano Cimba (Figura 05), foi construído no ano de 2015, conta com áreas verdes de 200.000 m², com espaço para diversas práticas esportivas, como musculação na academia ao ar livre, skate, patinação, em sua segunda etapa está prevista a construção de mirante, anfiteatro, campo de futebol *society*, área de piquenique e *playground* para crianças, além disso, nota-se uma diversidade de seus usos, vez que, a prefeitura Municipal de Araguaína realiza no espaço diversas atividades comemorativas, como a via sacra, festival de quadrilhas, comemoração do aniversário da cidade dentre outros.

Ainda conforme Bruno (2018), a configuração da paisagem do parque construído em zona urbana, que é cercada predominantemente por uma área residencial, de residências simples e tradicionais, sem muitos empreendimentos ao entorno como lojas, residenciais ou centro de compras. Além disso, em frente ao parque há um campo de futebol amador onde diariamente há reunião de jovens para disputas de partidas, em uma configuração amadora e de bairro, as partidas reúnem de 200 (duzentos) a 500 (quinhentos) expectadores, de vizinhança ao parque.

Figura 8 - Visão panorâmica do parque Ecológico Urbano Cimba



Fonte: Marcos filho Sandes (Ascom Araguaína). Disponível em:
<http://araguainanoticias.com.br/noticia/39803/ponto-de-lazer-de-araguaina-parque-cimba-sera-oficialmente-inaugurado-na-segunda-2/>

Os fenômenos sociais que estão por detrás do uso e acesso a esses espaços merecem atenção, pois configuram lugares importantes para desenvolvimento social.

Ao analisar esses lugares, sua construção, o perfil dos frequentadores, deve-se considerar que a organização do espaço urbano da cidade tem seus símbolos que indicam finalidades e funções dos espaços, por isso, o estudo da capacidade de construção para o desenvolvimento social ou segregação social dar-se em sua maior parte pela visão subjetiva através da capacidade de descrever os símbolos da cidade.

Sendo assim, sem deixar de considerar o avanço regional trazido por essas obras, deve-se observar seus símbolos capazes de causar segregação, como observado na foto 09, tirada no dia 31 de maio de 2019, em visita para reconhecimento de área.

Figura 9 - Cerca de arame farpado atrás do lago do Parque Cimba



Fonte: Foto da autora (maio, 2019)

Segundo informações dos moradores a cerca acima, foi construída juntamente com o parque o cercando completamente e deixando apenas duas entradas, para isolar o acesso por aquela via para os moradores do bairro Cimba, localizado no entorno do parque, com a referida obstrução os moradores do local só tem acesso ao parque pelas entradas principais, mas na segunda imagem nota-se uma ruptura na cerca feita por alguns moradores do bairro.

Figura 10 - Ruptura na cerca, feita pelos moradores



Fonte: Foto da autora (maio, 2019)

A imagem acima deve ser observada com a mesma abstração e subjetividade que se olha a cidade e o espaço público urbano, pois não se trata apenas de um obstáculo físico. Surgem indagações se esses espaços são realmente feitos para efetivar o direito social e coletivo ao lazer e garantir desenvolvimento social, ou se representam apenas avanço do capitalismo que faz da cidade uma mercadoria, vez a cerca reflete uma privação de liberdade, o que vai de encontro com a proposta de desenvolvimento explanada por Sen (2010), na qual deve haver ausências de privação de liberdades substantivas, entre elas o lazer.

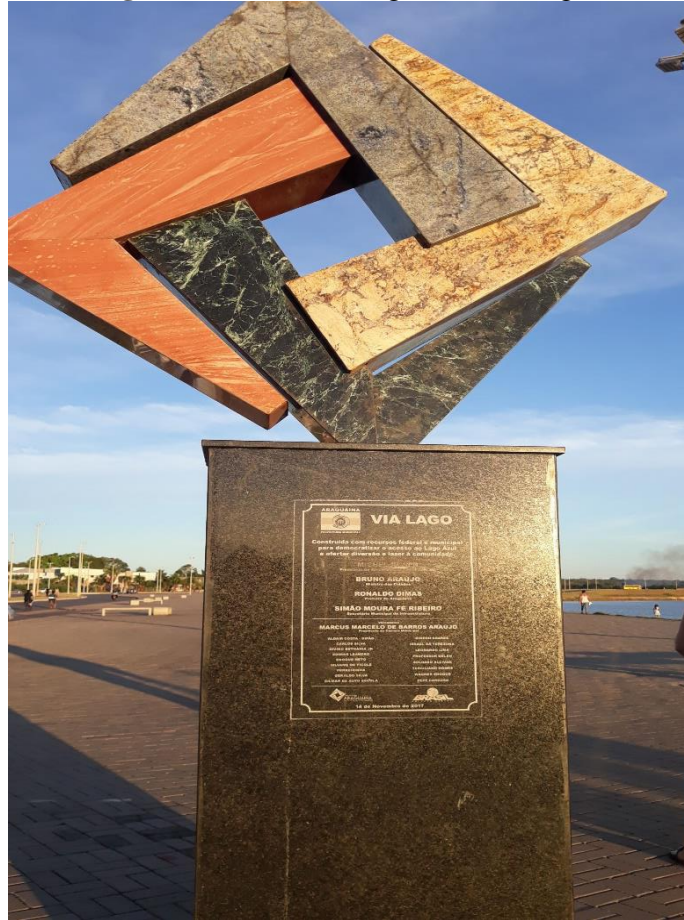
Assim, deve-se observar as dinâmicas relacionais acontecidas no parque a fim de descobrir se tais barreiras repelem as pessoas desse espaço ou se não tem importância suficiente para segregar, tornando o espaço público urbano de lazer, frequentado por toda coletividade, o que se fez essencialmente por meio de fotografia.

No que se refere ao segundo espaço escolhido para o estudo sobre acesso e uso dos espaços públicos urbanos de lazer na cidade de Araguaína, qual seja, a Via Lago de Araguaína. Segundo informações do sítio oficial da Prefeitura de Araguaína, a Via lago tem extensão de 1,84 Km, pois inicia no fim da marginal Neblina, no cruzamento entre a Avenida Filadélfia, seguindo até os setores Lago Azul, Cidade Nova e Nova Morada. A obra também é parceria com o governo Federal, sendo que foi liberado cerca de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões) para a construção por intermédio da emenda parlamentar do deputado federal César Halum, prevê ainda construção, centro de convenções e ilha próxima a Via lago, onde será construído

um restaurante e o acesso será por meio de barcos conforme informado no referido site.

O referido espaço foi construído com o intuito de democratizar o acesso ao Lago azul e ao lazer para a comunidade, a fim de atender as demandas da sociedade que a tempos não tinham muitas opções para lazer, sendo entregue a população em novembro de 2017, como é informado no monumento inaugural que está no referido espaço.

Figura 11 - Pedra inaugural- Via Lago



Fonte: Foto da autora (julho,2019)

A Via lago ainda não teve sua construção totalmente concluída ao passo que ainda pretende-se construir vias de acesso ao centro da cidade, interligando a Via Lago com a Rua Ademar Vicente Ferreira e centro de convenções para realização de eventos, sendo esta atual etapa da obra, ou seja, são mudanças que mostram as várias funções de um só espaço, como lugar de encontro e celebração ou através do lazer e do esporte , bem como, uma via de acesso para desafogar o trânsito da cidade, sendo que no decorrer desta pesquisa o espaço ganhou novas funções e novas obras, como por exemplo o ginásio de esportes inaugurado no dia 18 de dezembro de 2020 , com isso se percebe a mutabilidade constante de tal local com mudanças

que a cada vez oferece mais opções à população.

Figura 12 - Placa na construção do centro de convenções na Via Lago



Fonte: Foto da autora (setembro,2020)

Figura 13 - Placa da Construção da interligação entre a Rua Ademar Vicente Ferreira e a Via Lago



Fonte: Foto da autora (setembro, 2020)

Figura 14 - Via Lago Araguaína



Fonte: Foto da autora (junho, 2019)

Segundo Bruno (2018), há diferenças significativas entre os dois espaços, nota-se que ao redor da Via Lago a configuração do espaço é diferente do Parque cimba, pois na Via Lago há grandes empreendimentos imobiliários, lojas, uma filial da rede de supermercados Campelo que inclusive foi inaugurado após a construção da Via lago e leva seu nome “Campelo Via Lago”, além disso, verifica-se o crescente desenvolvimento da atividade comercial informal, visto que há uma área onde se concentram vendedores de churrasquinho, sorvete, cachorro quente, pula-pula, pipoca, dentre outros.

Os dois espaços representam ainda dois importantes processos de ressignificação do espaço, considerando que, até então, não existia espaços similares na cidade, além disso, as referidas áreas eram dadas como abandonadas, são diferenças que segundo Leite (2004) mudam o sentido do lugar, sendo áreas valorizadas pelas construções existentes, principalmente na Via Lago, em que , concentra no seu entorno as novas e modernas edificações da cidade seja residencial ou comercial, enquanto o Parque Cimba tem preservado em seu entorno edificações já existentes e tradicionais.

Esses espaços trazem configurações interessantes ao pensar o direito a cidade, o desenvolvimento social, pois traduzem realidades da configuração da cidade média em estudo.

Nessa senda, para Lefebvre (2001), o Direito à cidade se afirma como um apelo, uma exigência, que se revela no retorno para o coração da cidade tradicional. Sendo assim, revela-se como um direito que transpassa a esfera individual, um direito coletivo, não podendo ser

pensado como um simples direito de visita e retorno às cidades tradicionais, mas como o direito à vida urbana transformada e renovada.

Battaus e Oliveira (2016) complementam o referido pensamento, quando afirmam o direito à cidade enquanto direito metaindividual, que se referem a direitos que ultrapassam os interesses individuais, é o direito do cidadão a um ambiente harmônico e equilibrado capaz de garantir à dignidade à pessoa.

Dadas essas configurações, cabe ao estudo verificar os aspectos socioeconômicos do grupo de frequentadores representantes da Via Lago, bem como a percepção dos frequentadores, por intermédio dos instrumentos de coleta explicitados adiante, para verificar suas contribuições ou não para o desenvolvimento social.

Cabe ainda expor que os dois objetos de estudos se encontram em constantes transformações, principalmente a Via Lago, que também tem um objetivo de servir para desafogar o trânsito da cidade, assim, a cada visita nota-se diferença consideráveis principalmente na estrutura física do local.

Além disso é salutar pensar o lazer como direito social constitucionalmente garantido, dada sua importância.

Segundo Isayama e Stoppa (2017), a partir da Constituição de 1988, o lazer passou a ser direito social para a coletividade, o que inaugurou uma nova ordem na efetivação desse direito, já que até então não havia documento que o reconhecesse explicitamente.

Assim, dada a importância da temática por seu acento Constitucional, bem como pela nova estrutura de lazer da cidade, a partir do Parque Cimba e Via lago, é que se faz necessário o estudo dos espaços públicos urbanos de lazer, a fim de levantar o perfil socioeconômico do grupo de representantes da Via lago, para identificar a presença de heterogeneidade ou homogeneidade no perfil dos frequentadores, como indicador de inclusão ou exclusão social, além de aprofundar a observação com análise fotográfica dos dois espaços , para então, compreender se são capazes de gerar desenvolvimento social ou são responsáveis por segregação e exclusão social, a partir da viabilidade de acesso e uso à coletividade.

5.1. Análise dos dados: questionários, entrevistas e fotografias

Os dados estatísticos contidos no questionário socioeconômico e alguns da entrevista com roteiro semiestruturado referem-se à via lago, ante a impossibilidade atual de coleta dos demais dados conforme amostragem delimitada acima.

Assim, a pergunta de pesquisa buscou descobrir se o Parque Ecológico Urbano Cimba

e a Via Lago entendidos como espaços públicos urbanos de lazer promovem inclusão ou exclusão social, o que se faz ao analisar o acesso e o uso a esses espaços com base das premissas da teoria do desenvolvimento social, na formação estrutural e histórica desses locais, por meio de documentos, bibliografias sobre o tema e fotografias como significados e símbolos da transformação da cidade, bem como caracterizar o perfil do grupo de representantes da via lago, qual seja, 48 pessoas, a fim de identificar homogeneidade ou heterogeneidade no perfil dos frequentadores como indicador de inclusão ou exclusão social e também identificar aspectos que dificultam o acesso e uso a esses locais, já no que se refere ao Cimba, a análise para descobrir tais elementos foi focada em observação e fotografias.

Ao aplicar a nova metodologia, qual seja, pesquisa descritiva e exploratória, com utilização do método monográfico, para análise dos questionários socioeconômicos e entrevistas com roteiro semiestruturado aplicados aos frequentadores da via lago, observação aos locais escolhidos para a pesquisa com visitas periódicas, registros fotográficos, pesquisas bibliográficas e estudo de referenciais teóricos sobre desenvolvimento social, urbanização e lazer com análise qualitativa de dados, tem-se o objetivo de responder as indagações suscitadas acima.

No que se refere as análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do pacote estatístico SPSS, (*Statistical Package for Social Science*) versão 26,0. A caracterização do perfil dos frequentadores da via lago, foi dividida para fins didáticos em caracterização do perfil demográfico, laboral e socioeconômico, sendo realizada por meio de frequência absoluta (n) e frequência relativa (%). O teste do Qui-quadrado para uma amostra seguido do teste *Posthoc* foi utilizado a fim de verificar se houve diferenças significativas nas frequências observadas, o que no momento só se expõe os dados obtidos na Via Lago. A caracterização de acordo com o sexo foi feita por meio do teste do Qui-quadrado de Pearson. Em todas as análises foi adotado o nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

As variáveis contidas no instrumento de coleta de dados, qual seja, questionário socioeconômico tem natureza categórica, quantitativa ou não métricas, por isso foram feitos testes de frequência. Como se expõe adiante:

Tabela 1 - Caracterização do perfil demográfico dos visitantes da Via Lago (n = 48)

	N	%	p*
Faixa etária			
18 a 29	22	45,8	
30 a 40	14	29,2	0,17
> 40	12	25,0	
Sexo			
Feminino	16	33,3	0,02
Masculino	32	66,7	
Cor da pele			
Amarelo	3	6,3	
Branco	10	20,8	0,01
Pardo	25	52,1†	
Preto	10	20,8	
Escolaridade do entrevistado			
Não estudou	1	2,1	
Ensino fundamental	5	10,4	
Ensino médio	18	37,5†	<0,001
Ensino Superior	21	43,8†	
Pós-graduação	3	6,3	
Escolaridade do pai			
Não estudou	12	25,0	
Ensino fundamental	15	31,3†	
Ensino médio	17	35,4†	<0,001
Ensino Superior	3	6,3	
Pós-graduação	1	2,1	
Escolaridade da mãe			
Não estudou	6	12,5	
Ensino fundamental	18	37,5†	
Ensino médio	11	22,9	0,002
Ensino Superior	12	25,0	
Pós-graduação	1	2,1	

*Qui-quadrado uma amostra; †Posthoc; n = frequência absoluta; % = frequência relativa

No que diz respeito a faixa etária dos frequentadores da via lago, nota-se que, não houve diferença significativa na distribuição das faixas etárias.

Não há nenhuma faixa etária que visite mais ou que visite menos a via lago, considerando que o valor de p não é menor que 0,05, que é o nível de significância adotado, ou seja, embora a primeira impressão seja de que a faixa etária de frequentadores que prevalece é entre 18 à 29 anos, representando 45,8%, que representam 22 dos 48 entrevistados, a somatória

de pessoas na faixa etária de 30 a 40 anos e com mais de 40 anos, somam 26 do total de entrevistados, ou seja, não há uma diferença significativa. Em contrapartida as pessoas com mais de 40 anos de idade representam uma pequena parcela dos frequentadores, qual seja, apenas 25%. Assim, não há diferença significativa entre as faixas etárias dos frequentadores.

Já no que diz respeito a variável *sexo* foi verificada diferença significativa entre os sexos, onde, o sexo masculino teve uma frequência significativamente maior em relação ao sexo feminino, representando 66,7% dos frequentadores.

Assim, considerando que a discussões do trabalho é a capacidade de tais espaços em promover inclusão ou exclusão social por meio do acesso e uso, não se pode furta inicialmente a necessidade da observação das questões de gênero, ao passo que, dos 48 entrevistados, cerca de 32 são homens e apenas 16 são mulheres o que segue uma tendência, pois embora o grupo de frequentadores não sejam integralmente homens, os são em sua maioria.

As representações sociais realizadas no palco da cidade expressam a tendência sexista, de luta feminina por um lugar e não apenas um espaço, o que também se observa no lazer, tendência que segue as de âmbito nacional.

Como se observa no estudo realizado pelo Ministério da Saúde em 2014, apresentado por Leal (2014), que analisava o percentual de atividades físicas realizadas por homens e mulheres em seu tempo livre para o lazer, o estudo mostra que 41,2% dos homens praticam algum exercício no tempo livre e apenas 27,4% das mulheres fazem o mesmo.

Além do referido estudo, Goellner *et al* (2010) ao analisar a desigualdade de gênero no acesso a políticas públicas de esporte e lazer nas bases de dados de estudos desenvolvidos em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, em núcleos do Programa Esporte e Lazer na Cidade.

No referido estudo identificou-se desigualdade de acesso as atividades de lazer, os resultados apontam para impedimentos culturais e de divisão do trabalho e do lazer, para que mulheres e homens possam ter acesso às mesmas oportunidades de lazer. Mais de 50% das mulheres afirmaram que não realizam qualquer tipo de atividade física, quer como lazer, quer para cuidar da saúde e apontam como impedimento afazeres domésticos, que exige dedicação por vezes exclusiva, já a maior parte dos homens mencionou a prática do futebol como atividade para ocuparem seu tempo livre. Somente a quarta parte dos homens diz não realizar atividades físicas regularmente, tendo como principais razões a doença e a falta de tempo relacionada as demandas do trabalho.

Conforme Leiro (2008), as relações de lazer também sofrem influências culturais de comportamentos ligados historicamente ao gênero, o que se observa na cena social é uma conduta masculina estimulada e reconhecida a partir de critérios lógico-rationais,

diferentemente do mundo feminino cuja tendência tem sido marcada por uma identidade emocional-subjetiva, com interesses culturais distintos ligados também aos papéis socialmente divididos entre homens e mulheres.

Conforme Sen (2010), aspectos de bem-estar e a condição de agente só agora estão finalmente recebendo mais atenção, não considerar a condição de agente implica uma concepção muito restrita da mulher como pessoa e mais do que isso, o próprio bem-estar das mulheres recebe influência direta de variáveis ligadas a sua condição de agente como, por exemplo, o potencial da mulher para auferir renda independente, de encontrar emprego fora de casa, de ter direitos de propriedade, ser alfabetizada e participar nas decisões dentro e fora da família.

O referido autor, em sua teoria, defende que a expansão da liberdade é o fim e o meio do desenvolvimento, somente o aumento da riqueza não garante o desenvolvimento, as oportunidades sociais, como o acesso à educação e à saúde, complementam oportunidades individuais e favorecem as iniciativas para suplantar privações.

Sen (2010), demonstra que a variável relacionada a condições de agente das mulheres tem um papel muito mais importante na promoção do bem-estar social do que variáveis relacionadas ao nível de riqueza na sociedade, autor afirma que o ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual e também um dos principais mediadores da mudança econômica e social.

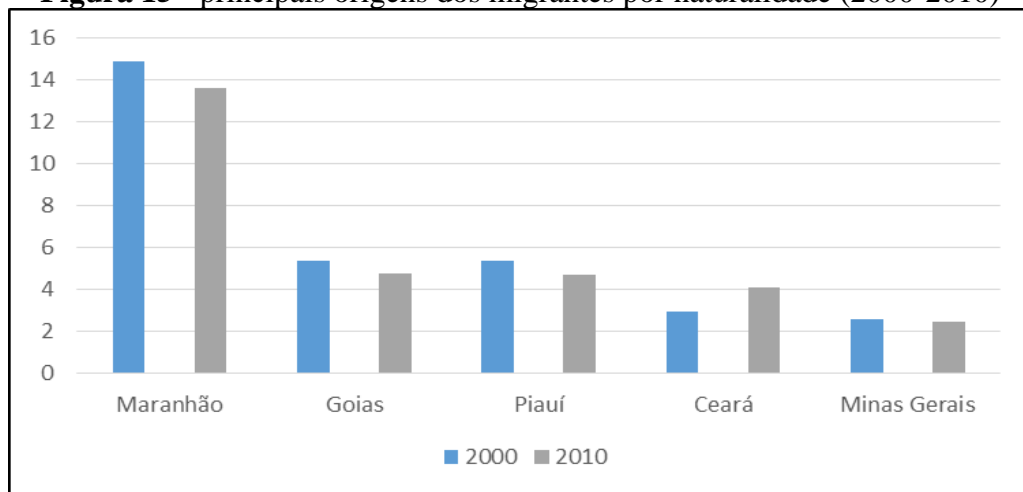
Nesse sentido, a variável *sexo*, foi interpretada em consonância com a teoria adotada do desenvolvimento como liberdade Sen (2010), para a qual o crescimento econômico que não esteja acompanhado pelo maior reconhecimento da autonomia feminina não representa em si mesmo um maior grau de desenvolvimento social e de bem-estar para a população, bem como, segue as tendências nacionais em que se observa desigualdade de gênero perceptíveis no lazer, em que as mulheres dedicam se essencialmente as atividades domésticas e familiares, enquanto os homens desfrutam de mais tempo para divertimento, o que reflete diretamente nos resultados encontrados, seguindo a tendência da exclusão e segregação por gênero, nesse contraponto entre o estudos realizados no Brasil e o realizado na Via Lago, do qual extrai-se o maior quantitativo de informações a fim de possibilitar inferir um resulta confiável e representável, que mostra a prevalência significativa do sexo masculino no acesso e uso da Via lago.

Segundo a tabela acima, a *cor de pele* que prevalece significativamente em comparação com as demais é a parda, ou seja, 52,1% dos frequentadores da via lago se autodeclararam pardos. Nota-se ainda a mesma frequência entre frequentadores autodeclarados pretos e brancos, representando 20,8% respectivamente, numa somatória de pouco mais de 40% dos

entrevistados, o que não se pode negar, pelo menos no aspecto, cor de pele, que há clara heterogeneidade, pois somando, brancos, pardos e pretos chega-se a quase 93% dos frequentadores, ou seja, há uma, variabilidade nesse sentido, o que é reflexo também da própria miscigenação Araguaíense, sendo os espaços de lazer, como já dito, um espelho da cidade.

Conforme assevera, Antero (2016), citando dados do censo do IBGE 2010, 62,8% dos habitantes de Araguaína nasceram no próprio Estado do Tocantins, ou seja, a maioria, mas que tem parcela significativa da população composta por nordestinos, que representa 22,7% da população.

Figura 15 - principais origens dos migrantes por naturalidade (2000-2010)



Fonte: Antero (2016)

Assim, o aumento populacional na cidade de Araguaína em decorrência das movimentações espaciais de chegada e saída de pessoas, ondas de migração, em sua maior parte, de nordestinos, traz um indicador que reflete as respostas numéricas encontradas no questionário socioeconômico aplicado aos frequentadores da via lago, no que diz respeito a cor da pele, que, embora as pessoas de cor parda representem maioria, o número de pretos e brancos também deve ser significativamente considerado em conjunto com o dado majoritário.

Há também diferença significativa no nível de escolaridade do entrevistado/questionado, ao passo que o valor de p é 0,001, sendo que a escolaridade dos frequentadores é predominantemente dividida em ensino médio (37,5%) e ensino superior (43,8%) dos entrevistados. Entre os frequentadores foi pouca a incidência de pessoas que não estudaram (2,1%) e de pós-graduados (6,3%).

Sen (2010), ao apresentar a nova visão de desenvolvimento, expõe fatores que estão na constatação das consequências adversas da atividade econômica no meio ambiente, o aumento

dos índices de pobreza, o desemprego, a favelização e a precarização das condições de vida, compreendendo o desenvolvimento como resultado da expansão das capacitações humanas e a qualidade de vida das pessoas ligada à capacidade de cada um funcionar como ser humano que tem suas necessidades básicas de educação, saúde, habitação, nutrição, participação da vida em comunidade, respeito e outras atendidas.

Assim, ao considerar as fontes de privação de liberdade, também apresentadas pelo autor, tais como, pobreza e desemprego, a educação, entre outros direitos sociais, gera os instrumentos e capacidades para o exercício da autonomia e da liberdade, tirando o indivíduo da absoluta pobreza e contribuindo para o desenvolvimento humano.

Por isso, ao analisar a escolaridade dos frequentadores tem-se os níveis de escolaridade expressam a tendência da cidade na oferta de cursos superiores, o que também é um atrativo para a chegada de migrantes em busca de educação e principalmente em busca do curso de Medicina ofertado pela Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos-UNITPAC, então, ao notar que boa parte dos frequentadores, qual seja, pouco mais de 80%, tem ensino médio ou ensino superior, tem-se o reflexo da expansão da educação na cidade, o que influencia diretamente na análise do espaço, bem como nos modos de vida, gerados a partir dessas dinâmicas de apropriação da cidade em busca da educação, que para teoria adotada é uma forma de expansão de liberdades, sendo instrumento de autonomia individual.

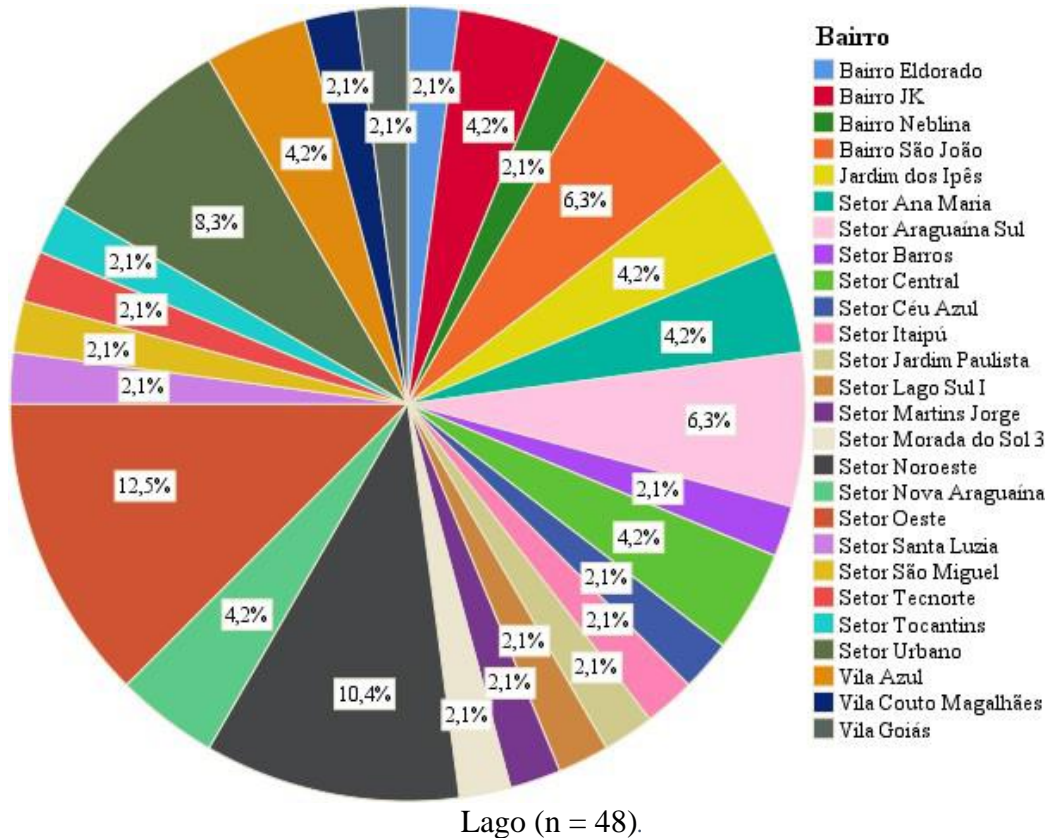
A *escolaridade paterna* mostrou-se também com diferença significativa, considerando que a maioria, qual seja, os pais dos entrevistados possuem ou possuíam escolaridade na maioria das entrevistas entre ensino fundamental (31,3%) e médio (35,4%), resultado que é ligeiramente diferente na *escolaridade materna*, na qual a maioria das mães dos entrevistados tinham ensino fundamental, (37,5%).

Outro ponto importante é a diferença visível entre as escolaridades dos pais e filhos, considerando que a maioria significativa dos entrevistados possuem ensino médio (37,5%) e superior (43,8%), diferentes de seus pais que tinham até o ensino médio, sendo que apenas uma pequena parcela de pais tinham ensino superior, qual seja, 6,3%, número que aumenta consideravelmente com relação às mães dos entrevistados, sendo 25% possuem ensino superior.

No que diz respeito ao bairro de residência é preciso considerar ponto crucial ao desenvolvimento do presente trabalho, vez que, ao analisar o desenvolvimento como liberdade, bem como, o desenvolvimento socioespacial, no acesso e uso do Parque Cimba e da Via Lago é imperioso averiguar se o local é frequentado por bairros específicos, o que também pressupõe um grupo específico ou se o local é acessível a toda população da cidade que tenha a liberdade e meios para tanto, tais como transporte público e acessibilidade, por exemplo. *Vejam os*

gráfico demonstrativo:

Gráfico 1 - Gráfico de pizza descrevendo a distribuição dos Bairros dos visitantes da Via



Com relação ao *bairro em que reside os frequentadores da Via Lago*, cabe expor que, a maior incidência de frequentadores na Via Lago é de moradores do Setor Oeste (12,5%) e do Setor Noroeste (10,4%).

Os referidos bairros localizam-se lados opostos ao espaço supracitado, o Setor Oeste, próximo geograficamente, fator que colabora para o acesso ao local, sendo possível chegar ao local até mesmo a pé. Já o setor Noroeste é um pouco mais distante do local, mas ainda assim, tem boa parte dos frequentadores no local.

Outro fato necessário de ponderar é que bairros mais periféricos e próximos ao local, como por exemplo, Nova Araguaína e Vila azul, tem poucos frequentadores, assim, preliminarmente nota-se que o requisito da distância não é consideravelmente predominante ao acesso à Via Lago, ao passo que, há bairros próximos que tem muitos frequentadores, como também há bairros mais distantes que a frequência também é alta, esse ponto, deve ser visto ainda pelo seu caráter simbólico, ao passo, que não é apenas a distância geográfica que pode

impedir o acesso e uso ao espaço mas também a distância relacional, a ausência do sentimento de pertencimento ao espaço, considerando que, como será visto nas análises adiante, o fator “me sinto bem nesse local” foi citado por alguns entrevistados, ou seja, há distâncias construídas simbolicamente pela expansão espacial e pela organização do lugar.

Nesse sentido, Antero (2016), citando Lefebvre (2001), traz a terminologia de que o espaço urbano implode-explode com rápida e desigual urbanização periférica, na cidade que prioriza atender à infraestrutura econômica, negando as centralidades ou a reunião dos principais bens e serviços para a maioria da população trabalhadora.

Antero (2016), expõe que, compreender a urbanização de Araguaína passa pelo entendimento de processo econômico social com intensa mobilidade espacial da classe trabalhadora com a finalidade de reprodução da força de trabalho, também, ao mesmo tempo, condição para acumulação capitalista.

Ainda de acordo com Antero (2016), citando Filho (2013) a expansão urbana acelerada em Araguaína demonstra-se pelo aumento dos loteamentos e bairros nos últimos 40 anos, somente nas décadas de 1970 e 1980, 54% do atual perímetro urbano já estava delimitado pelos loteamentos, complementando com 11% ao longo dos anos de 1990, e mais 15,5% até 2012, o que continua em uma constante expansão, como por exemplo, Jardim dos Ipês I, Condomínio do Lago e Mansões do Lago.

Assim, a reordenação do espaço urbano, a partir da construção de um espaço inicialmente de lazer, via algo, traz em seu centro funcionalidades que expressam a centralidade econômica da obra, o que se observa pelas fotos abaixo, em que é fácil perceber a intensa atividade comercial, seja no ramo imobiliário ou alimentício, com a chegada de novos valorosos loteamentos e residenciais ordenam a precificação do solo pela valorização trazida em decorrência do espaço inicialmente de lazer, bem como, pelos estabelecimentos do ramo alimentício, como hambúrgueres, sorvetes e açaí, além de uma futura instalação de loja de roupas e a nova obra prevista “orla park”, que promete ser um obra que vai reunir diversos segmentos comerciais, em um só espaço.

Figura 16 - Loja em construção na Via Lago



Fonte: Foto da autora (novembro, 2020)

Figura 17 - Hamburgueria - Via Lago



Fonte: Foto da autora (dezembro,2020)

Figura 18- muro do novo residencial - Via lago



Fonte: foto da autora (dezembro, 2020)

As fotos apresentam dados importante, de um planejamento espacial para elites e para aqueles que tem condições de arcar com os custo da cidade, a frase descrita no muro do novo residencial, fala por si, “Em breve aqui, um residencial de alto padrão como nunca se viu”, esses elementos acompanhados dos dados extraídos da variável dos bairros em que residem os frequentadores da via algo, trazem o viés simbólico da segregação, ao passo que, além de conseguir chegar ao local, a igualdade e o desenvolvimento pressupostos pela teoria adotada sugerem o desenvolvimento enquanto ser humano, o sentir-se pertencente e não são todos que enquadram -se no “...alto padrão, como nunca se viu”, já que, como visto adiante é a classe trabalhadora que mais frequenta o local, homogeneidade que não pressupõe igualdade, ao passo, que não encontra-se, pelo menos, no referido grupo de entrevistados, misturas de raças e poder aquisitivo.

As referidas informações atrelam-se ao dito por Souza, autor da teoria do desenvolvimento socioespacial, que também serve de subsídio para as análises a “organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subsequentes” (SOUZA, 2003, p.99).

Assim, a referida teoria não considerada como desenvolvida a cidade que desconsidera os efeitos colaterais do desenvolvimento em nome do capital, como problemas sociais e ambientais, sendo a cidade além de suas belas e modernas estruturas, tais considerações trazem

a tela, que, a localidade em que reside os frequentadores, ou seja, um bairro mais próximo e outro mais distante do espaço são símbolos da segregação, considerando o número de bairros da cidade e as ordenações estruturais da via lago, sendo que sua área antes não era considerada nobre, devido localização e distância, mas com a modernização e valorização, o que antes era considerada proximidades dos bairros periféricos, hoje é um cartão postal da cidade e um incentivo o desenvolvimento econômico em seu entorno .

No que diz respeito à caracterização do perfil laboral dos visitantes da Via Lago, cabe observar os dados abaixo.

Tabela 2 - Caracterização do perfil laboral dos visitantes da Via Lago (n = 48).

	N	%	p*
Trabalha			
Não	15	31,3	0,009
Sim	33	68,8	
Jornada de trabalho semanal			
Sem jornada fixa	4	12,1	0,09
1h a 20h	5	15,2	
21h a 30h	3	9,1	
31h a 40h	11	33,3†	
Mais de 40h	10	30,3†	
Tipo de ocupação			
Aposentado	5	10,4	0,01
Dona de casa	1	2,1	
Estudante	8	16,7†	
Profissionais da saúde	4	8,3	
Sem ocupação	3	6,3	
Serviços administrativos	9	18,8†	
Serviços gerais	18	37,5†	

*Qui-quadrado uma amostra; †Posthoc; n = frequência absoluta; % = frequência relativa.

Conforme a tabela acima, a maioria dos frequentadores entrevistados são pessoas que trabalham (68,8%), sendo um número significativo que permite a reflexão do lazer como uma prática social, que não é apenas permitir desfrutar no ócio momentâneo, mas que permite aliviar as pressões diárias, sendo nesse caso, até mesmo uma questão de saúde, de igual modo como um ato de liberdade tanto pessoal como social, pela integração de práticas de afazeres sociais, atrelados à pausa da rotina de trabalho.

Ao contrário do que possa se pensar, que o lazer é geralmente destinado para quem não tem outra coisa para fazer, no caso dos frequentadores da via lago, a incidência maior é de pessoas que trabalham e pode indicar a prioridades das práticas de lazer ao povo dessa

localidade independente das obrigações laborais, considerando que são pessoas que tem jornada de trabalho entre 31h (33,3%) e mais de 40h (30,3%), ou seja, são pessoas que tem longas jornadas semanais de trabalho, os dados permitem também suscitar que é a classe operário, a classe de trabalhadores braçais que mais frequentam o espaço, considerando que, 18 dos entrevistados enquadra-se na categoria de serviços gerais, como pedreiro, doméstica e encanador dentre outros, por isso, não se pode deixar de considerar a importância do lazer como contribuinte para o desenvolvimento social e aplicação das liberdades reais.

Essa relação entre trabalho e lazer perceptível ainda, nos horários de maior movimentação no local, ao passo que coincidem com o término dos expedientes de trabalho, entre 17h e 18h.

Além disso, a somatória de aposentados, estudantes e pessoas sem ocupação (desempregado(a)), é de 16 entrevistados, trazendo a tona a outra vertente do lazer, de aproveitamento do tempo livre, o que no caso dos estudantes explica o fato de boa parte dos frequentadores residirem no setor Oeste, que é próximo de uma instituição de ensino de ensino superior.

Outro dado importante a ser analisado no que diz respeito ao tipo de ocupação ligando-se a discussão de gênero no lazer, nota-se que dos 48 entrevistados, apenas uma é dona de casa, o que se atrela ao próprio quantitativo minoritário de mulheres como usuárias do espaço em contraponto com os afazeres diários.

Assim, nesse ponto, o grupo de frequentadores da via lago, caracterizam-se por pessoas que representam a classe trabalhadora, com jornadas de 31 à 40h e predominantemente, as que exercem serviços gerais.

Adiante, cabe considerar o terceiro ponto da caracterização, o perfil socioeconômico dos frequentadores.

Tabela 3 - Caracterização do perfil socioeconômico dos visitantes da Via Lago (n = 48).

	N	%	<i>p</i> *
Moradia			
Alugada	14	29,2	
Cedida	4	8,3	0,001
Própria	30	62,5†	
Nº de pessoas na casa			
1 a 3	24	50,0†	
4 a 9	20	41,7†	0,001
Mora sozinha	2	4,2	
Mora sozinho	2	4,2	
Renda Familiar			
Até um salário mínimo	6	12,5	

1 a 3 salários mínimos	17	35,4†	
3 a 6 salários mínimos	8	16,7	
6 a 9 salários mínimos	4	8,3	0,004
9 a 12 salários mínimos	5	10,4	
Mais de 15 salários mínimos	4	8,3	
Não informado	4	8,3	
Renda Individual			
Sem renda	9	18,8†	
Até um salário mínimo	16	33,3†	
1 a 3 salários mínimos	10	20,8†	0,001
3 a 6 salários mínimos	6	12,5	
6 a 9 salários mínimos	4	8,3	
9 a 12 salários mínimos	1	2,1	
Mais de 15 salários mínimos	2	4,2	

*Qui-quadrado uma amostra; †Posthoc; n = frequência absoluta; % = frequência relativa

Conforme a tabela acoplada acima, o perfil dos frequentadores da via lago e composto por pessoas que em sua maior parte (62,5%) moram em casas próprias e, o número de pessoas na casa prevalece o percentual de 50% de casas que tem de 1 a 3 moradores, uma configuração recorrente nos lares brasileiros e 41,9% tem de 4 à 9 moradores.

A renda familiar prevalece significativamente entre até um e de um à três salários mínimos 12,5% e 35,4%, o que representa 47,9% dos entrevistados, quase a metade, evidenciando o que se relaciona com os dados acima dos tipos de ocupação dos entrevistados o que reflete na renda familiar, ou seja, pela renda familiar maioria significativa dos entrevistados, conforme dados do site FGV Social, enquadram-se na classe C e D , em seguida ao notar o grupo familiar com rendimentos de 3 à 12 salários mínimos, chega-se à 35,4, enquadrados na classe B , somando os três primeiros grupos de renda familiar chega-se a pouco mais de 80% dos entrevistados e uma minoria de 8,3% tem renda familiar de mais de 15 salários, que representam 10% do total de entrevistados , que representam a classe A.

Nota-se que a classe C e D em conjunto representam quase metade dos frequentadores e que embora tenha numerário que represente outras classes, é perceptível a ligação com as ocupações dos entrevistados, confirmando que, há uma homogeneidade nos frequentadores, que indicam maior uso e acesso do espaço pela classe trabalhadora, assim, expressa a desigualdade do espaço, das oportunidades de lazer e como será visto adiante, a própria desigualdade no que se considera lazer e as formas de usar o espaço, pois há uma classe média recorrente no acesso e uso do local.

A renda individual prevalece entre três níveis, os sem qualquer renda (estudantes e/ou desempregados) que representam, 18,8% dos entrevistados, os que tem renda de até um salário

mínimo (33,3%) e os que recebem de um a três salários que somam 20,8%, dados que analisados em conjunto seguem a mesma sistemática da renda familiar, ao passo, que juntos representam 72,6% dos frequentadores, sendo ainda padrões menores do que os acima descritos.

Segundo Silva (2016), citando dados expostos pela ONU em abril de 2016, 10% dos mais ricos da população concentram 52% da renda no país, e 20% dos mais pobres totalizam 3,9% da renda no Brasil, dados demonstram o quão desigual é um dos maiores e mais ricos territórios do mundo, dados que demonstram a desigualdade social, pela má distribuição de renda e pelas condutas capitalistas, com um lazer que também segue os moldes do capital.

Tabela 4 - Descrição do período, frequência, meio de locomoção e valor gasto na Via Lago (n = 48)

/	N	%	p*
Período			
Matutino	6	12,5	0,001
Noturno	11	22,9	
Vespertino	31	64,6†	
Frequência que vai ao local			
1 vez por semana	17	35,4	0,24
2 a 3 vezes por semana	12	25,0	
4 a 7 vezes por semana	7	14,6	
Ao menos uma vez por mês	12	25,0	
Meio de locomoção			
A pé	7	14,6	0,04
Carro	19	39,6†	
Motocicleta	16	33,3†	
Variado	6	12,5	
Gasto			
Sem gasto	24	50,0†	0,001
1 a 10 reais	14	29,2†	
11 a 20 reais	5	10,4	
30 a 50 reais	5	10,4	

*Qui-quadrado uma amostra; †Posthoc; n = frequência absoluta; % = frequência relativa

Conforme a tabela analisada acima, o período comum de maior visitação ao local é no período vespertino (64,6%), o que coincide até mesmo com as condições climáticas da cidade, ao passo que, o movimento no espaço se intensifica conforme o pôr do sol e pelo período da manhã o movimento diminui por volta das 9h00min, quando o sol já está consideravelmente quente, sendo que a frequência de visitação gira em torno de 1 à 3 vezes por semana, que não

demonstrou diferença estatisticamente significativa, os meios de locomoção mais usados são carros (39,6%) e moto (33,3%), o que é visível no local pela quantidade de carros estacionados após as 17h da tarde, nota-se também muitas pessoas a pé na Filadélfia, sentido bairro JK e setor oeste, para a via lago.

Outro ponto a ser considerado é a disponibilidade do transporte público como facilitador de acesso ao lugar, considerando que, na variável “variados” enquadra-se outros meios de locação, dos quais se enquadra o transporte público, sendo que menos de 12,5% dos entrevistados diz fazer uso de tal meio para acessar à Via Lago, mesmo que tenha se observado alguns ônibus passando pelo local sentido Lago Sul em direção a Avenida Filadelfia.

Figura 19 - Carros estacionados na via lago, em um final de tarde de sábado



Fonte: foto da autora (novembro de 2020)

No que diz respeito aos gastos que os frequentadores tem no local, 50% dos frequentadores responderam não ter gastos no local ou que gastam até 10 reais (29,2%), o que se mostra diverso das observações realizadas considerando as intensas atividades comerciais no local sempre lotadas, seja vendedores ambulantes de água de coco, pipoca, divertimento para crianças, e até mesmo com o uso do lago para atividades com fins lucrativos, como os pedalinhos e a bike náutica, o lugar também tem latente o viés de concentrar vários trabalhadores informais, o que pressupõe que os gastos sejam superiores à 10 reais.

Figura 20 - Área de concentração de atividades comerciais na Via Lago



Fonte: foto da autora (novembro,2020)

Figura 21 - Bike náutica via lago



Fonte: foto da autora (novembro, 2020)

Figura 22 - Pedalinhos na Via Lago



Fonte: foto da autora (novembro, 2020)

As fotos acima, expressam a latente atividade comercial que se instala no local e trazem contrastes ao lugar, ao passo que, observa-se uma junção de funções do local, ora lazer, atividades físicas e comercial, além de outras definidas pelas significações individuais. Em continuidade com as análises é necessário expor pontos extraídas das 11 perguntas feitas aos 48 frequentadores da via lago em entrevista com roteiro semiestruturado, sendo que na tabela abaixo, apresentam-se 7 das 11 perguntas, uma vez que perguntas como as atividades que praticam antes da construção do local, pontos positivos e negativos, atividades que praticam no local e os motivos que trazem a pessoa ao local, serão apresentados separadamente, considerando a multiplicidade de respostas, para que, ao final, seja possível chegar a um resultado.

Tabela 5 - Questões das entrevistas com roteiro semiestruturado

	N	%	<i>p</i> *
Tempo que mora em Araguaína			
Até 19 anos	25	52,1	0,77
≥ 20 anos	23	47,9	
Atividade comemorativa no local			
Não	5	32,7%	0,01
Sim	3	67,3%	
Algo mudou com a construção do local			
Mudou	13	58,3	0,001
Nada mudou	14,6		
Não informou	27,1		
O que acha da estrutura física do local			
Precisa melhorar	2	4,1	<0,001
Regular	11	22,4	
Boa	26	53,1†	
Muito Boa	3	6,1	
Ótima	7	14,3	
Tempo que fica no local			
Até 1 hora	18	37,5	0,83
Mais de 1 hora	30	62,5	
Quem frequenta o lugar			
Grupo específico	11	22,9	<0,001
Toda população	37	77,1	

*Qui-quadrado uma amostra; †Posthoc; n = frequência absoluta; % = frequência relativa

No que diz respeito ao tempo que os frequentadores moram em Araguaína a diferença entre os que moram mais ou menos de 20 anos não se demonstrou estaticamente significativa, considerando o valor de *p* igual à 0,77.

Conforme explana, Carlos (2017) as formas revelam a história da civilização na acumulação, no espaço, do tempo, o suporte material justapõe tempos, do mesmo modo em que aponta uma temporalidade diferenciada, todavia não se pode separar, nem identificar totalmente a materialidade dotada de duração, modos de vida e práticas.

Por isso, os 48 entrevistados, representam um grupo de pessoas que acompanharam a

mudança da cidade, em seus espaços e na paisagem urbana, sendo assim, formam um grupo capaz de avaliar e analisar os espaços a partir de suas percepções, opiniões e sugestões, mesmo que estaticamente não se apresente diferença significativa entre os que moram a mais ou menos de 20 anos a cidade, mas permanece o ponto convergente para a análise, que são as percepções de um grupo que tem permanência e convívio duradouro na cidade, sendo que este também foi critério de exclusão, ao passo, que a pretensão foi de entrevistar pessoas que tenham conhecimento sobre a cidade, como é o caso do referido grupo.

Quando perguntados se já participaram de alguma atividade comemorativa no local 67,3% dos entrevistados respondeu que sim, ou seja, 33 pessoas, resultado que chama atenção para a variedade de usos e concentração de diversas atividades em um só espaço, o que segundo os autores usados para desenvolvimento desse trabalho, tais como, Tuan (1983) e Leite (2004) conferem subjetividade ao espaço e são essas diversas experiências que devem ser consideradas ao determinar a construção de um lugar no espaço, indicando a existência de significados e demarcações simbólicas.

Entre as atividades comemorativas praticadas no espaço, destacam-se as de maior incidência, os shows gratuitos, com participação de 15 dos entrevistados, como por exemplo, o E 8, E 12, E13, E14 (código usado em substituição ao nome dos entrevistados para o identificar), seguidos dos eventos particulares como aniversários e casamentos e eventos esportivos, com participação de 4 entrevistados, E5, E8, E34, E35; quantitativo idênticos aos participantes da queima de fogos ocorrida nos finais de ano.

Outro dado importante, que merece ser analisado é o caráter da via lago, de lugar de encontro para manifestações religiosas e políticas, ao passo que, 4 entrevistados responderam já terem participado de show e cultos religiosos e outros 2 entrevistados responderam já ter participado de manifestações políticas.

Foi possível ainda fazer alguns registos fotográficos desses momentos, como shows e as manifestações artísticas no espaço.

Figura 23 - Show gratuito realizado no evento Araguaína mais verão



Fonte: foto da autora (julho,2019)

Figura 24 - Evento realizado por associação de proteção aos animais



Fonte: foto da autora (novembro, 2020)

Figura 25 - Trabalho artístico realizado por pintor na via lago



Fonte: foto da autora (novembro,2020)

A diversidade de usos notada acima, estabelece ao espaço significados e símbolos diferentes para cada um de seus usuários ligados aos sentimentos e emoções despertados no lugar, assim, repete-se o dizeres de Leite, (2004) , ao esclarecer “se uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente”, o que influencia diretamente na percepção do espaço de lazer, pelos sentidos que lhes são conferidos a partir dessas ações humanas.

Quando perguntados se algo mudou com a construção da via lago 58.3%, ou seja, 28 entrevistados, responderão trouxe mudanças nas práticas de lazer até então conhecidas e vividas, nessa pergunta também foi elencada por alguns dos entrevistados as atividades que praticavam antes da construção do local.

Dentre as práticas realizadas antes da construção do local, destacam-se três grupos, que juntos somam 28 dos entrevistados, quais sejam, os lazeres privados, lazeres de bairros e os que responderam não ter atividades de lazer e/ou esportivas antes da construção do local, o primeiro grupo, compreende chácaras, clube de categorias profissionais e balneários particulares nos finais de semana, o que foi respondido pelos entrevistados E1, E17 e E34, por exemplo; o

segundo grupo, entende-se por aqueles que praticam suas atividades de lazer nos seus respectivos bairros, quais sejam, jogar futebol, conversar e brincar com a vizinhança e ir a praças de bairros, que foi resposta do E4, E8, E10 e outros; o terceiro grupo que responderam que não tinham atividades de lazer e esporte antes da via lago, tais como, E6, E8 e E10, os demais, ou não responderam, qual seja, 27.1%, que corresponde a 13 pessoas, ou são os que responderam que nada mudou com a construção do local, qual seja, 14,3%, igual a 7 entrevistados.

Assim, a maioria dos entrevistados tiveram respostas que leva ao entendimento de uma ressignificação do lazer a partir da via lago.

Quando perguntados sobre a estrutura física do local, 53,1% dos entrevistados avaliaram a estrutura física do local como boa, um total de 26 entrevistados e outros 22,4% como regular, ou seja, 11 pessoas, o que juntos, equivalem à 75,5%, variável que deve ser analisada em conjunto com as respostas sobre os pontos positivos e negativos identificados pelos entrevistados, vez que, influenciam na avaliação da qualidade do espaço.

Dos 48 entrevistados 43, identificaram pontos negativos, principalmente, à falta de banheiros públicos (15 entrevistados) e a sujeira/lixo no local (12 entrevistados), falta de segurança (7 entrevistados), falta de acessibilidade (6 entrevistados), falta de bebedouros de água (5 entrevistados), rede de esgoto exposta (4 entrevistados), falta de proteção no rio (3 entrevistados), falta de árvores (2 entrevistados), falta de equipamentos públicos (1 entrevistado) e falta de transporte público.

Já os pontos positivos apresentados foi, que o local é bom para praticar esportes e é um local novo (30 entrevistados), em seguida, foi considerado um lugar de encontros e lazer entre família e amigos (11 entrevistados), outros três pontos positivos foram elencados, o fato de não ter som automotivo, ser perto de supermercado e ser de fácil acesso, que foi, resposta de 1 entrevistados em cada pergunta.

Os pontos negativos com maior incidência, ligam-se a infraestrutura do local, como a falta de banheiros, lixeiras, bebedouro, rede de esgoto, falta de proteção no rio, equipamentos públicos e acessibilidade, que, considerando a mutabilidade do objeto de estudo, ao decorrer do tempo do desenvolvimento dessa pesquisa, alguns pontos considerados como negativos já foram atendidos pela gestão municipal, como por exemplo, com a construção de passarelas elevadas, que servem para travessia de pedestres, controle da velocidade dos carros e como rampas de acesso às calçadas do local, para melhorar a acessibilidade no local, o que inicialmente inexistia. A resposta do E44 traz ao estudo a perspectiva de dificuldades de acesso ao local por meio do transporte público, sendo que o referido entrevista reside no Setor Morada do Sol 3, que é um bairro consideravelmente distante da via lago, o referido apontamento deixa

evidente a existência de limitações no acesso ao espaço.

Nesse sentido, conforme Campos, Ghisi, Pokrywiecki (2016), a implantação das áreas livres como praças, jardins, parques e áreas verdes, florestas, arborização, entre outros, tem sido retomada por várias cidades brasileiras, motivadas pelo debate do desenvolvimento sustentável, propiciado pela Agenda 21, uma das dificuldades está no modelo e nos padrões urbanos para a avaliação da questão e, conseqüentemente, para a elaboração de planos.

Essas áreas devem servir além de outras funções, para a qualidade de vida de seus usuários, por isso, tais áreas devem ser preparadas com equipamentos necessários as diversas atividades e necessidades de seus usuários, considerando as necessidades específicas de faixas etárias e grupos sociais diversos, a segregação também pode ser expressa nesse aspectos, ao passo, o espaço deve oferecer condições propicias ao acesso e uso dos mais variados tipos de necessidades, caso contrário, inicia-se então, as limitações de acesso.

Os pontos positivos levantados pelos entrevistados, estabelecem a predominância de um espaço novo para a prática de exercícios físicos, sendo que é a atividade predominante no local, além do fator de ser um local para encontros e diversão em família, construindo para as sociabilidades e desenvolvimento humano.

Além disso, a respeito da permanência no local, (67,3%) dos entrevistados ficam no local por mais de uma hora e consideram que o local é frequentado por toda população (77.1%), isso ao serem questionados de suas opiniões sobre o tema.

Entretanto, embora que, para maioria dos entrevistados a via lago seja frequentada por toda população o gráfico em comento mostra numericamente outro resultado, o que nos levar a refletir acerca da ampliação dos lugares públicos de lazer divididos em pontos diferentes da cidade e que embora o lugar seja uma novidade na cidade ainda não pode se dizer que democratizou o lazer ampliando as condições de acesso à toda população, ligando-se as liberdades de ações e oportunidades, ao passo que, no gráfico de pizza (Gráfico 01) nota-se a prevalência de dois bairros, qual seja, Setor Oeste e Setor Noroeste, sendo que o fator geográfico não o único a ser notado nessa informação, ao passo que, no total das entrevistas e questionários aplicados, demonstrou-se apenas a incidência de 26 diferentes bairros da cidade entre os mais cem bairros da cidade de Araguaína.

No que se refere as atividades praticadas no local, do referido ser predominantemente usado para prática de atividades físicas, tais como, caminhada, corrida e ciclismo, o que corresponde a 40 entrevistados, ao serem perguntados se já participaram de atividade comemorativas nota-se que maioria dos frequentadores já participaram de outros eventos no local, como show, festas de final de ano, carnaval etc, como explicado acima.

O espaço também entendido como lugar de manifestações e expressões da arte e cultura, no caso da via lago, seus diversos usos, refletem a concentrações e diversidade de funções em um mesmo lugar, gerando assim, memórias diferentes para o lugar, bem como os traços afetivos, ligados não apenas ao espaço material, mas ao lugar criado no espaço imaterial.

Quando perguntados sobre os motivos de visitarem a Via Lago, a resposta com maior incidência refere-se a características do próprio lugar, que responderam que frequentam o local pela paisagem que é bonita, pela natureza e pôr do sol e por outras características naturais advindas do vento, céu e sol no local (12 entrevistados), em seguida foi elencados alguns sentimentos que trazem a pessoa ao local, tais como, se sentir bem, calmo e seguro no local (10 entrevistados), para saúde e esporte (8 entrevistados), para interagir com pessoas (8 pessoas), para diversão com família (6 entrevistados), para não fazer nada, desfrutar do ócio (5 entrevistados) e para outros 5 entrevistados, por ser perto de casa.

As observações realizadas na via lago, mostram também que se trata de um lugar de encontros de grupos, sejam motociclistas, ciclistas, corredores, grupos de empresas, o que remete à um espaço produzido coletivamente. Assim, conforme Lefebvre (1980) o espaço socialmente produzido é fruto do acúmulo das relações e interações sociais, práticas representativas de cada grupo e/ou indivíduo.

Sobre as atividades de lazer praticadas nos momentos de folga, encontrou-se as mais variadas respostas, o que confirma a dificuldade de mapeamento das atividades de lazer e demonstra que atividades os entrevistados entendem como sendo de lazer, novamente a prática de exercício físicos ganha destaque (17 entrevistados), em seguida sair para comer (11 entrevistados), não fazer nada e apenas ficar em casa (10 entrevistados), ir a igreja (6 entrevistados), lazeres tecnológicos, como TV e internet (6 entrevistados), lazeres privados, como clubes e chácaras (5 entrevistados), ouvir música (3 entrevistados), praticar relações sexuais (1 entrevistado), ler (1 entrevistado), dormir (1 entrevistado) e ir ao supermercado (1 entrevistado).

As atividades acima relacionadas representam o entendimento popular sobre o que é lazer, que, pelas repostas, vai além do que ócio e divertimento, o que se destaca em atividade cotidianas, como por exemplo, dormir e ir ao supermercado.

Além disso, tratando-se de cidade Amazônica, cabe lembrar o exposto por Marin (2018), acompanha-se da diversidade de atividades e as mudanças da realidade social com advento de novas tecnologias, com a substituição de práticas caseiras por tecnológicas e solitárias. Com isso, percebe-se que o conceito de lazer não é estático e molda-se as atividades ligadas a qualidade de vida e desenvolvimento humano, além do divertimento, ócio ou folga.

Ao analisar em conjunto às características elencadas no questionário socioeconômico e entrevista, pode-se estabelecer o seguinte perfil do grupo de frequentadores, representantes da via lago, considerando a maioria dos entrevistados, que são, homens, pardos, dividido em três faixas etárias, quais sejam, de 18 a 29 anos, de 30 a 40 anos e com mais de 40 anos, com escolaridade dividida entre ensino médio e superior, com escolaridade paterna entre fundamental e média e materna, ensino fundamental.

Os bairros de residência, predominantes são o setor Oeste e Noroeste, sendo que a maioria dos entrevistados possuem ocupação profissional, com jornada de trabalho de 31h a 40h, a maioria na classe profissional de serviços gerais, como domésticas, pedreiro e outros, que residem em casas próprias, com grupo familiar de 1 a 3 e de 4 a 9 pessoas, com renda familiar de um a três salários e renda individual seguindo os mesmos moldes.

A visitação com visitação é realizada mais no turno vespertino, com frequência de 1 a 3 vezes por semana, tendo como meio de locomoção carro e moto, sendo que a maioria dos entrevistados não tem gastos ou os que tem gastos é até 10 reais, são pessoas que moram em Araguaína até 20 anos embora não tenha diferença estatística entre os que moram a mais de 20 anos, além disso, já participaram de atividades comemorativas, tendo a perspectiva que o lugar trouxe mudanças para a cidade, no que diz respeito as atividades praticadas antes da construção do local eram os lazeres privados, lazeres de bairro ou não tinham lazer.

O grupo de representantes da via lago, qualificam o espaço como bom, apresentam como ponto negativo principalmente a falta de banheiro e lixeira e a sujeira, os pontos positivos é um local de atividades físicas e local de encontro; ficam no local por mais de uma hora; consideram o local frequentado por toda população, e no local realizam mais atividades físicas, embora também já tenham participado de atividades comemorativas, os motivos que os levam ao local é a beleza do local e por se sentirem bem; as atividades de lazer nos momentos de folga são exercícios físicos, sair para comer e outras atividades cotidianas como ficar em casa, ler, comer, ficar na internet, televisão e dormir.

Assim, elencadas essas características, passa-se para análise de elementos referentes ao Parque Ecológico Urbano Cimba, que será realizado em moldes diferentes da análise referente a Via lago, pois foi usado fotografias e observação, ante a impossibilidade de aplicação de questionários e entrevistas.

No Parque Ecológico Urbano Cimba foi realizada observações nos dias 25 de novembro, 01 e 05 de dezembro de 2020, além de outras datas anteriores à pandemia para o reconhecimento de área, assim ao analisar a paisagem do parque Cimba encontra-se alguns traços da segregação simbólica explicada acima. O que se destaca no contraste da paisagem e do espaço com a

separação do bairro vizinho, conforme demonstrado abaixo:

Figura 26 - Casas do setor Cimba



Fonte: foto da autora (novembro,2020)

Figura 27 - Entrada do Parque Cimba



Fonte: foto da autora (novembro,2020)

A avaliação do parque cimba ficou limitada devida aos entraves ocorrido no decorrer desta pesquisa, mas as observações apresentam indicadores, de que o um lugar frequentado é moradores mais próximos, ao passo que, em horários de maior movimentação, por exemplo, a

partir das 17h, a quantidade de carros é visivelmente reduzida, se comparada à quantidade de pessoas no parque

Figura 28 - Estacionamento Parque Cimba



Fonte: foto da autora (novembro,2020)

Uma diferença perceptível entre os dois espaços, até mesmo pela estrutura do local é que no Cimba há menos atividades comerciais que na Via Lago, ao passo que, é recorrente a instalação de novas empresas nas proximidades da Via Lago, o que não é tão comum no parque Cimba. Observou-se ainda que o parque Cimba concentra vários eventos comemorativos, como casamentos, aniversários, além de ensaios fotográficos e famílias em piqueniques ao ar livre, sendo que o espaço possui mais equipamentos públicos em comparação com a Via Lago, como parquinho e academia ao ar livre.

O Parque Cimba é localizado especificamente na Rua Alfredo Nasser, setor central, na cidade de Araguaína-TO, assim, pela própria localização, na parte central da cidade, o espaço é de fácil acesso para as pessoas dos bairros próximos, como Setor Brasil, Bairro São João, Bairro Cimba e outros, por isso, é possível acessar o parque a pé, bicicleta, moto e carro, mas ao analisar as informações do site da Prefeitura de Araguaína no que diz respeito às linhas de ônibus disponíveis, encontram-se alguns óbices para populações de bairros distantes como, JK, Monte Sinai, Bairro de Fátima, Nova Araguaína e outros, considerando que das nove linhas disponíveis, apenas a linha 1 UFT Medicina Veterinária e Setor Monte Sinai, linha 5 Jardim dos Ipês e Bairro JK e linha 6 Centro e Setor Morada do Sol, são as que mais aproximam os bairros periféricos do parque Cimba, o que influencia diretamente nas questões ligadas ao acesso e uso do local, havendo assim, limitação de formas de acesso e conseqüentemente uma

seletividade de quem frequenta o lugar, por isso, suscitar a discussão do desenvolvimento social, a partir do acesso e uso a esses dois espaços, implica na abordagem da desigualdade e elitização de alguns áreas na cidade, seja pela própria paisagem, seja simbolicamente.

Dias e Loureiro (2019), citando Serpa (2004), em um estudo a respeito da segregação socioespacial nos espaços de lazer em Belém-PA, asseveram que os espaços públicos de lazer são caracterizados como espaços que dentro do território urbano tradicional são de uso comum e posse coletiva, pertencendo ao poder público, sendo observado um processo de elitização de espaços como , a estação das docas, que implicam na seleção de um público alvo, eleito de acordo com os padrões capitalistas de consumo, e que acabam por enaltecer a porção da sociedade com maior poder aquisitivo, excluindo assim a multidão desabastecida de recursos financeiros.

Assim, trata-se de uma segregação que passa despercebida pelos próprios frequentadores, pois segundo os referidos autores, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes “invisíveis”, esses espaços são fisicamente de fácil acesso a todos, gerando uma concepção ilusória de “espaço público”, mas ações em seu interior, como os processos de privatização desses espaços, ocasionando aumento dos preços em produtos e serviços, repelem um grupo que não tem condições para tanto.

É desse modo que o espaço público, segundo, Dias e Loureiro (2019), citando Serpa (2013), se transforma em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes, o termo refere-se ao local onde haja uma proximidade espacial com uma enorme distância social, o que se aplica aos espaços estudados no presente trabalho, vez que, embora ocorra encontro de classes no mesmo espaço, estão distanciadas pelos diferentes níveis de poder aquisitivo.

Assim, em análise aos dados acima exposto para o alcance do objetivo geral desta pesquisa , qual seja, Analisar o acesso e o uso aos espaços públicos urbanos de lazer, Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via lago da cidade Araguaína e sua contribuição ou não para o desenvolvimento social, cumpre expor que os resultados serão analisados a luz da teoria norteadora do trabalho ,que é o desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, bem como o desenvolvimento socioespacial defendido por Marcelo Lopes, para então responder a pergunta de pesquisa, qual seja, o Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via Lago, como espaços públicos urbanos de lazer, promovem a inclusão ou a segregação social?

Os espaços analisados, a exemplo da Via Lago, ainda não é uma obra acabada prevendo-se a construção de um centro de Convenções, fase na qual encontra-se a obra atualmente, a construção

tornou-se um belo cartão postal, ressignificando o uso de uma área até então abandonada, que agora gera impactos ao meio ambiente, considerando que o local é uma área de preservação permanente e tornou-se um canteiro de obras, o que cabe questionar o preço que uma cidade e o meio ambiente pagam para o desenvolvimento econômico, seguindo a tendência de outros estudos citados ao longo deste trabalho, em que o capital predomina e reordena ações, organizações e espacialidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho ocupou-se da análise do acesso e o uso aos espaços públicos urbanos de lazer, Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via lago da cidade Araguaína e sua contribuição para desenvolvimento social, com objetivo de descobrir de tais espaços contribuem para a inclusão ou segregação social, com limitação de liberdades ao acesso, atrelando as teorias do desenvolvimento social e socioespacial.

Assim, considerando o novo formato de lazer, que vai além das praças já existentes e dos locais para comer, foram feitas discussões teorias a respeito do espaço público, desenvolvimento social e lazer e das relações desenvolvidas em seu interior para que fosse possível responder à pergunta de pesquisa.

Assim, Sen (2010), defende que a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas e não somente como baixo nível de renda, por outro lado, a renda não deve ser vista como único instrumento de geração de capacidades, renda e capacidades são duas perspectivas diretamente vinculadas, sendo que a renda é um meio importante para a obtenção de capacidades, por outro lado, maiores capacidades tenderiam a aumentar o potencial de uma pessoa ser mais produtiva e auferir renda mais elevada.

Além disso, conforme Souza (2003) o desenvolvimento deve ser percebido também na esfera socioespacial, ao passo que, não pode ser considerada desenvolvida uma cidade que essas conquistas trazem consequências ambientais e problemas sociais urbanos. Com base nas teorias adotadas e em estudos similares já realizados e citados nesse estudo, tais como, o corredor cultural de Mossoró e a revitalização do Bairro do Recife, com o Pólo de Bom Jesus, embora não se possa negar o caráter social do lazer na cidade, os dados, quais sejam, questionários, entrevistas, observações e fotografias, mostram também as consequências sociais do incentivo ao capital, negando aspectos de integração social.

Nesse contexto, atrelando as teorias aos resultados, não se pode negar a evidente transformação na paisagem urbana de Araguaína com a construção desses dois novos espaços de lazer, ao passo que, eram demandas populares por serem inexistentes na cidade.

Ocorre que, as transformações urbanas nem sempre consideram os efeitos advindos da valorização do capital e modernização, sendo assim, pelos resultados expostos é possível entender pela existência de uma segregação social simbólica nesses espaços, sendo que, o espaço se revela em sua correta definição aplicada ao tema, como um lugar de exclusão, onde determinados grupos são vistos como não cidadãos ou como subcidadãos, e essas determinações ultrapassam os limites do mundo físico e material, são percebidos pela visão

conjunta dos dados coletados, que revelam a segregação simbólica e exclusão social nos espaços de lazer, surgindo uma barreira material e principalmente social para o acesso.

Nesse sentido, tais locais não mostram-se acessíveis a todos os moradores da cidade, seja em aspectos estruturais, como por exemplo, acessibilidade, seja em aspectos simbólicos, cercas que dividem bairros do espaço, especulação imobiliário, predominância de um gênero, de classes determinadas, insuficiência de transporte público e precificação do solo, sendo esses fatores que também dificultam o acesso e uso desses lugares de lazer, ao passo que, embora, se tenha encontrado, na via lago, boa parte dos frequentadores como sendo da classe operária, aqueles que recebem até três salários mínimos, essa homogeneidade não significa inclusão social, pois há uma padronização aquisitiva de classes, não sendo um local de mistura de classes sociais, demonstrando as desigualdades no lazer, frutos do desenvolvimento majoritariamente econômico.

Os espaços de lazer acabam por se tornar um reflexo da cidade em si, também segregadora, que conforme Santos (1985), delimita espaços e locais conforme o poder aquisitivo.

Assim apresenta-se como proposta políticas públicas para a ampliação e distribuição desses espaços de lazer na cidade, em áreas que alcancem bairros mais afastados do centro da cidade, como objetivo de democratizar o acesso igualitário ao lazer, sendo que o lazer é elencado como prioridade do município de Araguaína em seu plano diretor, ao tratar da política municipal de desenvolvimento, por isso, considerando que o lazer é um direito social que determina à máquina Estatal ações para sua efetivação.

O referido trabalho não tem objetivo de esgotar o tema, vez que teve seu trajeto alterado em decorrência da pandemia, o que alterou principalmente a análise do parque Cimba, por isso, pretende-se da continuidade no presente trabalho com elaboração de outros questionamentos e aprofundamento de questões levantadas, futuras publicações, que servem para o conhecimento regional, nacional e até mesmo mundial do lazer na cidade média de Araguaína-TO, a partir da construção da Via Lago e Parque Cimba.

Por fim, cabe registrar que este trabalho chega ao seu resultado como um reflexo de resistência ao atual momento em que o Brasil se encontra, em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19) que afetou a vida em todos os aspectos, inclusive, no aspecto científico, vindo como uma indesejada surpresa forçando a adaptação com a nova realidade, que também trouxe restrições a este trabalho, como já explicado na metodologia e além disso, foi um verdadeiro desafio ao pesquisador que teve que se apropriar de novos meios de coleta de dados, exigindo sensibilidade e redobrada atenção para que a produção científica não pare, mas ao final chega-se a superação dessas condições adversas que espera-

se que em breve seja mais um capítulo passado na história do povo Braileiro.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. (1983). **Texto, contexto e significado**: algumas questões na análise de dados qualitativos. *Cadernos de Pesquisa*, (45): 66-71.
- ANTERO, Roberto. **Urbanização pela migração em Araguaína (TO)**. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/33488/18903/#:~:text=Na urbanização de Araguaína, a,são elementos indicativos deste processo>> . Acesso em: 01 de Janeiro de 2020.
- Aniversário de 56 de Araguaína tem shows e campeonato de skate**. Disponível em <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2014/11/aniversario-de-56-anos-de-araguaína-tem-shows-e-campeonato-de-skate.html>>. Acesso em 21 de novembro de 2020.
- AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco. *et al.* **A Estratégia de Triangulação**: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ5.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.
- BARBOSA, Cátia Dias. **O lazer e o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos**: estudo de um grupo de excursionistas. Coimbra. 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BATTAUS, Danila M. de Alencar; OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de. **O direito à cidade**: urbanização excludente e a política urbana brasileira. São Paulo. Lua Nova: 2016.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 17 de Maio de 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em 03 de Setembro de 2019.
- BRUNO, Aloísio Orione Martins. **Identidade Cultural e Territorialidade de Lazer em**

Araguaína-TO. Araguaína, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo.** Edição Eletrônica/ Labur. São Paulo, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na MetrÓpole.** São Paulo: Labur Edições, 2017.

CAMPOS, Karina Cozer de; GHISI, Tatiana Cristina Schneider; POKRYWIECKI Ticiane Sauer. **Análise da infraestrutura dos espaços urbanos com enfoque nas áreas de lazer.** Disponível em

<http://www.abesrs.uni5.net/centraldeeventos/_arqTrabalhos/trab_20160918203917000000027.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo:Editora Ática, 2000.

DIAS, Izabel Nahum; LOUREIRO, Pablo Renan de Souza. A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NOS ESPAÇOS DE LAZER EM BELÉM/PA. Disponível em <<https://www.periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26596/19869>> . Acesso em 07 de janeiro de 2021.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Metodologia científica.** Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular.** Editora Perspectiva. São Paulo, 1976.

FERNANDES, Lillian Fonseca. **O parque ecológico CIMBA: território e cultura como elementos da percepção ambiental em Araguaína, Araguaína-TO,** 2017.

FERNANDES, M. E. (1991). **Memória Camponesa.** Anais da 21ª Reunião Anual de Psicologia, SPRP, Ribeirão Preto, 20 pags.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana.** Um estudo sobre gentrificação. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0341.pdf>> . Acesso em: 22 de setembro de 2020.

FGV SOCIAL. **Qual a faixa de renda familiar das classes?** Disponível em <<https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>> . Acesso em 03 de janeiro de

2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Olhares geográficos: modo de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. P 19-41.

GOELLNER, Silvana. *et al.* **Lazer e gênero nos programas de esporte e lazer das cidades**. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30404364.pdf>>. Acesso em 29 de dezembro de 2020.

HARVEY, David. A criação dos bens comuns urbanos. In: **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. P134-189. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

INEP. **Questionário socioeconômico 2013**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?ei=MkSXczlHIG5wLssYDgCA&q=questionario+socioeconomico+enseja&oq=questionario+socioeconomico+enseja&gs_l=psyab.12.18766.3809..42296...0.0..0.3452.13545.9-4.....0....1..gws_wiz_0i71.HsCu0RYmYeA>. Acesso em 23 de

junho 2019.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. STOPPA Edmur Antonio. **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas = Leisure in Brazil: representations and concretizations**. Campinas, SP: Autores Associados, 2017. – (Coleção Educação física e esportes).

LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, Aline. **Estudo mostra que os homens praticam mais atividade física que mulheres**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-10/estudo-mostra-que-homens-praticam-mais-atividades-fisicas-que-mulheres>>. Acesso em 29 de dezembro de

2020.

LEIRO, Augusto Cesar Rios. **Educação, lazer e relações de gênero: talhes e doxas.** Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/956/4329>>. Acesso em 29 de dezembro de 2020.

LEFEBVRE Henri, **A vida cotidiana no mundo moderno**, São Paulo, Ed. Ática, 1980.

_____. **La production de l'espace**, Paris, Ed anthropos, 1974.

_____. **O direito a cidade**. São Paulo. Centauro: 2001.

_____. O direito a cidade. In _____ **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. p. 103-117

LEITE, Rogerio Proença. **Política dos usos: a construção dos lugares no espaço público**. In: **. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 284-319

LOPES, Ana Carolina Mattoso. **O Direito Social ao Lazer em Perspectiva Crítica: Desigualdades e democratização do Acesso.** Disponível em <<https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/31968/31968.PDF>>. Acesso em 12 de junho de 2019.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Novas Leituras do Lazer Contemporâneo**. In: **Práticas sociais de lazer nas cidades Amazônicas: pesquisas como requisito para políticas públicas.** Belém: NAEA Editora, 2018.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812007000200013>. Acesso em 12 de junho de 2019.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTTA, Diana; MATA Daniel. **A importância da cidade média**. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1002:catid=28>. Acesso em 14 de Maio de 2019.

MONTEIRO, Charles. **História, fotografia e cidade**: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. MÉTIS: história e cultura, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.

Parque Cimba, em Araguaína, se torna ponto de encontro para esporte e lazer.

Disponível em: <<https://www.t1noticias.com.br/cidades/parque-cimba-em-araguaina-se-torna-ponto-de-encontro-para-esporte-e-lazer/74054/>>. Acesso em: 19 de Maio de 2019.

PATTON, Michael Quinn. **Avaliação qualitativa e métodos de pesquisa**. 2º Ed. Sábio, 1990.

Prefeitura Municipal de Araguaína. **Recursos para a construção do parque Cimba.**

Disponível em:

<<http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=857>>. Acesso em 13 de junho de 2019.

_____. **Cartão postal da região, Via Lago conta com rede de drenagem de alta resistência.** Disponível em:

<<http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=2653>>. Acesso em 27 de julho de 2020.

_____. **Lei Complementar nº 051, de 02 de outubro de 2017**: Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Araguaína e dá outras providências. Araguaína: Prefeitura Municipal de Araguaína (2017).

PINHEIRO, Mauricio Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento**: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/989/1/TD_1794.pdf>. Acesso 05 de setembro de 2020.

PORTAL O NORTE. **Mesmo após denúncia, recomendação do MPE e laudo dos Bombeiros, ruínas do Parque Cimba ainda não foram isoladas.** Disponível

em:<<https://www.portalonorte.com.br/noticias/araguaina-81998-mesmo-apos-denuncia-recomendacao-do-mpe-e-laudo-dos-bombeiros-ruinas-do-parque-cimba-ainda-nao-foram/81998/>>. Acesso em: 13 de setembro de 2020.

QUEIROZ, M. I. P. (1987). **Relatos orais**: do "indizível ao "dizível". *Ciência e Cultura*, São Paulo, 39(3):272-284.

REQUIXA, Renato. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**, São Paulo, 1980.

SANTOS, Milton. Território e Cidadania. In: _____ . **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1985, p. 111-133.

SANTOS, Neude Sirqueira. **História e memórias dos velhos na fábrica CIMBA**. Disponível no Centro de Documentação Histórica-CDH da Universidade Federal do Tocantins- UFT. Araguaína-TO, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. Cidades fragmentadas, medo generalizado: das áreas de risco à ubiquidade do risco. In: **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. P. 51-91.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 75-89.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA

Esta entrevista faz parte do projeto de pesquisa de Mestrado intitulado “ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DE LAZER NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL”, desenvolvido na Universidade Federal do Tocantins- UFT no programa de pós-graduação mestrado acadêmico em demandas populares e dinâmicas regionais – PPGDIRE

Local da coleta de dados: () Parque Cimba () Via Lago

Período da coleta: _____ Data: _____

Código: E _____

1. A quantos anos mora em Araguaína? _____

2. Quais eram as suas práticas de lazer antes da construção desse local? Algo mudou?

3 O que você acha sobre esse local (pontos positivos e negativos)?

4. . Quais atividades você costuma praticar aqui?

5. Quanto tempo você fica nesse local?

6. Por que você vem a esse local?

7. Nos momentos de folga, qual atividade de lazer você costuma fazer?

8. Em sua opinião, esse lugar é freqüentado por toda população ou você percebe um público específico?

9. Você já realizou ou participou de alguma atividade comemorativa nesse local? (casamentos, aniversários, festivais)

10. O que você acha da estrutura desse local?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA

Este questionário socioeconômico faz parte do projeto de pesquisa de Mestrado intitulado “ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DE LAZER NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL”, desenvolvido na Universidade Federal do Tocantins- UFT no programa de pós-graduação mestrado acadêmico em demandas populares e dinâmicas regionais – PPGDIRE

Local da coleta de dados: () Parque Cimba () Via Lago

Período da coleta: _____ Data: _____

Código: Q _____

Idade _____

Sexo () F () M

Em relação à cor da pele, você se considera:

- () Branco
- () Pardo
- () Preto
- () Amarelo (oriental)
- () Vermelho (indígena)
- () Prefiro não declarar

1. Em qual Bairro você mora? _____

2. A casa onde você mora é?

- () Própria () Alugada () Cedida () nenhuma das anteriores

3. Qual sua escolaridade?

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- Ensino Médio (antigo 2º grau)
- Ensino Superior
- Especialização
- Não estudou
- Não sei

4. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- Ensino Médio (antigo 2º grau)
- Ensino Superior
- Especialização
- Não estudou
- Não sei

5. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- (A) Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- (B) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- (C) Ensino Médio (antigo 2º grau)
- (D) Ensino Superior
- (E) Especialização
- (F) Não estudou
- (G) Não sei

6. Qual sua profissão? _____

7. Quantas horas semanais você trabalha?

- (A) Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.

- (B) De 11 a 20 horas semanais.
- (C) De 21 a 30 horas semanais.
- (D) De 31 a 40 horas semanais.
- (E) Mais de 40 horas semanais

8. Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)

- (A) Moro sozinho (a)
- (B) Uma a três
- (C) Quatro a sete
- (D) Oito a dez
- (E) Mais de dez

9. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- Nenhuma renda.
- Até 1 salário mínimo (até R\$ R\$ 998,00).
- De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 998,00 até R\$ 2.994,00)
- De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.994,00até R\$ 5.988,00).
- De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.988,00 até R\$ 8.982,00).
- De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 8.982,00 até R\$ 11.976,00).
- De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 11.976,00 até R\$ 14.970,00).
- Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 14.970,00).

10. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- Nenhuma renda.
- Até 1 salário mínimo (até R\$ R\$ 998,00).
- De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 998,00 até R\$ 2.994,00).
- De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.994,00até R\$ 5.988,00).
- De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.988,00 até R\$ 8.982,00).
- De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 8.982,00 até R\$ 11.976,00).
- De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 11.976,00 até R\$ 14.970,00).
- Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 14.970,00).

11. Com que frequência você vem a esse local?

- uma vez por semana
- entre duas e três vezes na semana
- mais de três vezes por semana
- uma vez por mês
- NDA

12. Qual meio de locomoção você usa para chegar nesses locais?

- Motocicleta
- Carro
- Bicicleta
- A pé
- transporte público
- táxi
- NDA

13. Qual seu gasto em média nesse local?

Anexo III: APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA- CEP/UFT

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DE LAZER NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Pesquisador: Glenda Carvalho de Sousa

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 26799419.8.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.220.313

Apresentação do Projeto:

A pesquisa proposta ocupa-se do estudo do acesso e uso dos Espaços Públicos Urbanos de Lazer, quais sejam, Parque Ecológico Urbano Cimba e Via Lago de Araguaína-TO, que serão analisados a partir da teoria do desenvolvimento social, permitindo assim, o levantamento do perfil socioeconômico dos frequentadores dos referidos locais, a fim de descobrir se tais espaços contribuem ou não para o desenvolvimento social.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o acesso e o uso aos espaços públicos urbanos de lazer, quais sejam, Parque Ecológico Urbano Cimba e a Via lago da cidade Araguaína e sua contribuição ou não para o desenvolvimento social.

Objetivo Secundário:

- Compreender os processos de elaboração e construção do Parque Ecológico Urbano Cimba e da Via lago da cidade Araguaína;
- Levantar o perfil socioeconômico dos frequentadores;
- Identificar de aspectos que dificultam o acesso e o uso a esses locais e conseqüentemente o desenvolvimento social e inclusão social, sob a ótica do acesso ao lazer.

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 4.220.313

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Invasão de privacidade, tomar tempo do sujeito pesquisado ao responder ao questionário e/ou entrevista com roteiro semiestruturado, interferência na vida e rotina dos pesquisados, vergonha de interagir com estranhos e constrangimento. Por isso, para a minimização dos riscos, não será identificado nominalmente os participantes da pesquisa para preservar sua identidade, pretendesse utilizar codificar o participante da pesquisa para preservar sua identidade, utilizar-se de um questionário breve, com perguntas diretas para que o tempo da entrevista seja curto e, para diminuir a vergonha de interagir com estranhos e constrangimento será perguntando o interesse em responder as indagações feitas pela pesquisadora e além disso será respeitado rigorosamente resposta negativa ao interesse de participar da pesquisa. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Caso o participante tenha algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, caso sofra algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, o participante terá direito a indenização.

Benefícios: Assim sendo, no que concerne os benefícios da pesquisa, considerando o lazer na cidade de Araguaína, este trabalho busca levar conhecimento desses espaços públicos de lazer, até mesmo para o fomento e desenvolvimento de políticas públicas para criação de mais espaços como os que são estudados a luz do desenvolvimento social de Amartya Sen.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O Projeto faz parte do Programa de pós-graduação mestrado acadêmico em demandas populares e dinâmicas regionais – PPGDIRE.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta todos os itens obrigatórios de acordo com a Norma Operacional 001/2013, item 3.4.

Recomendações:

- Para garantia da integridade do TCLE, requer-se que suas páginas sejam numeradas de forma a indicar o número total de páginas do documento (exemplo: 1 de 3; 2 de 3; 3 de 3).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 4.220.313

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1472914.pdf	21/05/2020 19:54:45		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	21/05/2020 19:54:22	Glenda Carvalho de Sousa	Aceito
Outros	CARTAAOCEP.docx	21/05/2020 19:53:39	Glenda Carvalho de Sousa	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	22/11/2019 13:57:44	Glenda Carvalho de Sousa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA.docx	22/11/2019 13:57:15	Glenda Carvalho de Sousa	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_PESQUISADORES.pdf	22/11/2019 13:56:21	Glenda Carvalho de Sousa	Aceito
Outros	DECLARACAORESULTADOS.pdf	15/11/2019 14:19:27	Glenda Carvalho de Sousa	Aceito
Outros	DECLARACAO.pdf	15/11/2019 14:18:20	Glenda Carvalho de Sousa	Aceito
Outros	ENCAMINHAMENTO.pdf	15/11/2019 14:15:37	Glenda Carvalho de Sousa	Aceito
Outros	ANUENCIA.pdf	15/11/2019 14:14:53	Glenda Carvalho de Sousa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 18 de Agosto de 2020

Assinado por:
DALVE OLIVEIRA BATISTA SANTOS
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 E-mail: cep_uf@uft.edu.br